



ACADEMIA MILITAR

A importância do Contrato Local de Segurança de Mangualde no quotidiano dessa população

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Simão Luís Figueiredo Coelho

Orientador: Major de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012



ACADEMIA MILITAR

A importância do Contrato Local de Segurança de Mangualde no quotidiano dessa população

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Simão Luís Figueiredo Coelho

Orientador: Major de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012

Dedicatória

Aos meus pais, irmãos e namorada pela compreensão e apoio.

Agradecimentos

Este trabalho de investigação só se tornou uma realidade devido ao contributo de um determinado grupo de pessoas, sem as quais tal não seria possível. Desta forma, estas palavras são dedicadas a todos vós, agradecendo.

Agradeço em especial ao orientador, Major Copeto pela sua total disponibilidade desde o início e pelas orientações e esclarecimentos sem os quais este trabalho não se teria concretizado.

Ao Comandante do Comando Territorial de Viseu, por toda a disponibilidade e pelos conselhos técnicos e sobre aspetos críticos do trabalho.

Ao Destacamento Territorial de Mangualde, por toda a informação disponibilizada, em especial ao Capitão Resende e ao Tenente Lamelas por todo o tempo dispensado.

Ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Mangualde, Engenheiro Egnelo Figueiredo, ao Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Dr. José Azevedo, e ao Presidente da Associação Empresarial de Mangualde, Dr. Paulo Sousa, por toda a recetividade e prontidão nas solicitações.

À coordenadora da Escola Básica 2º e 3º ciclos Ana de Castro Osório, Dr.^a Ana Marto, à secretária do Presidente do Agrupamento de Escolas, Dr.^a Teresa Graça, à diretora de recursos humanos e à responsável pela área da comunicação da PSA – Peugeot Citroen, Dr.^a Anabela Guerra e Dr.^a Anabela Ferreira respetivamente, por todo o apoio na distribuição dos questionários aos alunos, professores, funcionários e trabalhadores.

Aos entrevistados e a todos os que responderam ao questionário, pelo tempo despendido, pois sem eles não teria dados necessários para a realização do trabalho de campo.

Ao Dr.^o Eduardo Guia e à Mestre Catarina Costa, pela revisão do trabalho e pelas explicações sobre a análise de dados com programas informáticos.

Não menos importante, o agradecimento aos meus pais, irmãos e namorada pelo incentivo e apoio nestes cinco anos de trabalhos e canseiras.

Resumo

O presente trabalho de investigação subordina-se ao tema: “A importância do Contrato Local de Segurança de Mangualde no quotidiano dessa população”.

Os Contratos Locais de Segurança são um acordo de cooperação para a prevenção e repressão da criminalidade, contrariando condutas que atentem contra a segurança e a integridade das pessoas e bens.

Devido à criminalidade participada em 2009 no Município e aos bons resultados de outros Contratos Locais de Segurança, foi assinado em Mangualde o respetivo Contrato Local de Segurança entre o Governo Civil de Viseu e o Município de Mangualde. Este contrato tem como áreas principais de intervenção a delinquência juvenil, o policiamento de proximidade, as formas de violência escolar e a segurança em meio industrial.

Para verificar a sua importância na população a que se destina, foram realizadas cinco entrevistas a algumas entidades e 554 questionários à população da zona do agrupamento de escolas e da zona industrial.

Perante os resultados destes instrumentos de recolha de dados, é de salientar que o Contrato Local de Segurança de Mangualde está pouco divulgado entre a população; contudo, a minoria da população que tem conhecimento da sua existência percebe uma evolução da segurança em Mangualde desde a sua assinatura.

Verifica-se que o Contrato ainda se encontra em fase de implementação, no entanto o Destacamento Territorial de Mangualde redirecionou os meios para os locais que foram considerados mais sensíveis, levando as pessoas a aperceberem-se de ligeiras melhorias na segurança, sendo mesmo esta avaliada com uma tendência ligeiramente positiva.

É na zona do agrupamento de escolas em comparação com a zona industrial que estas melhorias são percebidas de modo mais positivo. São estas as pessoas que, referem que desde a assinatura do Contrato Local de Segurança, se aperceberam de um maior contacto, uma maior interação dos militares da GNR com elas e que foi nesta zona que o policiamento de proximidade foi reforçado.

Palavras-chave: Segurança; Contrato Local de Segurança; Mangualde; Proximidade.

Abstract

The present work of research is subordinated to the theme “The importance of Mangualde’s Local Security Contract in its people’s daily lives”

Local Security Contracts are co-operation agreements meant for the prevention and the suppression of crime, contradicting behaviours such that will threaten the well-being, security and integrity of people and goods.

Due to the criminality which has been reported in the city during 2009 and, in accordance with the good results of other Local Security Contracts, it has been signed, in Mangualde, the respective Local Security Contract between the Civilian Government of Viseu and the municipality of Mangualde. The main areas of intervention of the referred contract are juvenile delinquency, community policing, the several patterns of school violence and safety in industrial environments.

In order to verify its relevance on the intended population, five interviews were carried out to some entities; 554 questionnaires were also carried out to the population pertaining to the areas of the school clusters and industrial zone.

In the presence of the results obtained by these data collection tools, it is noteworthy to state that Mangualde’s Local Security Contract is little known among the population; however, the minority of same population that has gained acquaintance of its existence perceives a development in Mangualde’s Local Security since the contract was signed.

It appears that the aforementioned contract is still in a stage of implementation, however, the Territorial Detachment of Mangualde has redirected means to the locations which were considered to be more sensitive, leading people to become aware of slight improvements in security, thus evaluating security with a slightly positive tendency.

It has been on the school cluster locations, when compared to the industrial zone, that these improvements were more positively perceived. These are the people who declare that they have perceived a greater contact and interaction between themselves and the military forces of the GNR since the signing of Local Security Contract besides, they have stated that and that it was in this location that the proximity policing was reinforced.

Key words: Security; Local Security Contract; Mangualde; Proximity.

Índice geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice geral.....	vi
Índice de quadros.....	viii
Índice de tabelas.....	ix
Lista de apêndices	x
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	xi
Capítulo 1 – Introdução.....	1
Capítulo 2 – Segurança e Insegurança	6
2.1. Evolução do Conceito de Segurança	6
2.2. Conceito atual de Segurança	7
2.3. Segurança Interna	9
2.4. Segurança através do policiamento de proximidade	10
2.5. Insegurança	11
Capítulo 3 – Contratos Locais de Segurança	13
3.1. Contratos Locais de Segurança em França	13
3.2. Contratos Locais de Segurança em Portugal.....	14
3.2.1. Contrato Local de Segurança de Mangularde	16
Capítulo 4 – A Guarda Nacional Republicana e a proximidade.....	18
4.1. A Guarda Nacional Republicana e o policiamento de proximidade.....	18
4.1.1. Policiamento de proximidade em Mangularde	20

Capítulo 5 – Metodologia e procedimentos	21
5.1. Método e técnicas de investigação	21
5.1.1. Inquérito por questionário	22
5.1.2. Inquérito por entrevista.....	23
5.2. Seleção da amostra	24
5.3. Procedimentos de recolha de dados e de análise	25
Capítulo 6 – Apresentação, análise e discussão de resultados	27
6.1. Apresentação dos resultados das entrevistas.....	27
6.2. Apresentação dos resultados dos questionários	30
6.2.1. Caracterização da área em estudo	30
6.2.2. Apresentação de resultados.....	31
6.3. Análise e discussão de resultados.....	43
Capítulo 7 – Conclusões e recomendações	51
7.1. Recomendações e investigações futuras	54
7.2. Dificuldades e limitações da investigação	55
Bibliografia.....	56
Apêndice A – Carta de apresentação	62
Apêndice B – Guião de entrevista.....	64
Apêndice C – Quadros Sinopses das Entrevistas	66
Apêndice D – Questionário	72

Índice de quadros

Quadro n.º 1 – Resultados da questão 1.....	66
Quadro n.º 2 – Resultados da questão 2.....	66
Quadro n.º 3 – Resultados da questão 3.....	67
Quadro n.º 4 – Resultados da questão 4.....	68
Quadro n.º 5 – Resultados da questão 5.....	68
Quadro n.º 6 – Resultados da questão 6.....	69
Quadro n.º 7 – Resultados da questão 7.....	70
Quadro n.º 8 – Resultados da questão 8.....	71
Quadro n.º 9 – Resultados da questão 9.....	71

Índice de tabelas

Tabela n.º 1 – Dados sociodemográficos da amostra.....	31
Tabela n.º 2 – Resultados das questões 1 e 9	32
Tabela n.º 3 – Resultados das questões 2, 3 e 4.....	34
Tabela n.º 4 – Resultados das questões 5.1 e 5.3.....	35
Tabela n.º 5 – Resultados das questões 5.2 e 5.4.....	36
Tabela n.º 6 – Resultados da questão 5.5	37
Tabela n.º 7 – Resultados da questão 5.6	37
Tabela n.º 8 – Resultados da questão 6.1	38
Tabela n.º 9 – Resultados das questões 6.2, 7.1.1, 7.1.2 e 7.3	40
Tabela n.º 10 – Resultados das questões 6.3, 7.2.1, 7.2.2 e 7.4.....	41
Tabela n.º 11 – Resultados da questão 8.....	43

Lista de apêndices

Apêndice – A	Carta de apresentação
Apêndice – B	Guião de entrevista
Apêndice – C	Quadros sinopses das entrevistas
Apêndice – D	Questionário

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AC	Antes de Cristo
AM	Academia Militar
AMU	Áreas Medianamente Urbanas
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
APR	Áreas Predominantemente Rurais
APU	Áreas Predominantemente Urbanas
art.º	Artigo
CLS	Contrato Local de Segurança/ Contratos Locais de Segurança
Cmdt	Comandante
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGAI	Direção-Geral de Administração Interna
d.p.	Desvio padrão
DTer	Destacamento Territorial
Ed.	Edição
Et al.	Et aliae (e outros – para pessoas)
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
INE	Instituto Nacional de Estatística
K-S	Valor do teste de Kolmogorov-Smirnov
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LOMAI	Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
n.º	Número
NEP	Normas de Execução Permanente
p.	Página
p	Valor da significância do teste U de Mann-Whitney e do teste de Kolmogorov-Smirnov
P	Pergunta derivada

RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RGSGNR	Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
TAU	Tipologia de Áreas Urbanas
s.d.	Sem data
SPE	Secção de Programas Especiais
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
s.p.	Sem página
U	Valor do teste U de Mann-Whitney

Capítulo 1

Introdução

De acordo com a estrutura curricular dos cursos da Academia Militar (AM), o Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada surge no culminar do mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, da Guarda Nacional Republicana – Ramo Armas. Este trabalho é o resultado de uma investigação desenvolvida com o objetivo de verificar a perceção de segurança da população de Mangualde, desde a assinatura do respetivo Contrato Local de Segurança (CLS) obedecendo à norma para a redação do relatório científico final¹ da AM.

Em maio de 2011, foi delineado o projeto com vista à elaboração deste trabalho e esta temática do CLS afigurava-se pertinente e atual, pois tinha sido assinado recentemente. No entanto, um ano depois verifica-se que ainda está em fase de implementação, mas apesar disso, foi feito um esforço adicional pelo Destacamento Territorial (DTer) de Mangualde, que apenas com os meios que tinha anteriormente à disposição, procurou redirecioná-los para novos locais, que no âmbito do CLS de Mangualde foram considerados como mais sensíveis e problemáticos (Entrevistado 3, quadro n.º 6, apêndice C), notando-se uma maior presença da Guarda Nacional Republicana (GNR) junto das escolas e da área industrial (Entrevistado 2, quadro n.º 6, apêndice C).

O tema do trabalho prende-se com “A importância do Contrato Local de Segurança de Mangualde no quotidiano dessa população”. Esta escolha surge devido à necessidade de se perceber, de que forma este CLS contribui para a perceção² de segurança das pessoas.

Esta é uma temática pouco abordada, estabelecendo uma ponte entre a teoria e a prática, entre aquilo que foi delineado pelo Governo e o que a população percebe. Ela permitirá verificar se os principais objetivos do CLS de Mangualde já estão a ser cumpridos, isto apesar de o programa ainda estar em fase de implementação.

¹ Norma de Execução Permanente [NEP] 520 da Direção de Ensino, de 30 de junho de 2011 da Academia Militar.

² Segundo o Dicionário de Português da Porto Editora, por perceção (interna) entende-se: “ação de conhecer, pela consciência, independentemente dos sentidos” (Costa & Melo, 1998, p.1251).

A segurança é um direito que assiste a cada cidadão; neste sentido, a Declaração Universal dos Direitos do Homem surgiu em 1948 como forma de se evitar a desconsideração pelos direitos do Homem que caracterizou as condutas bárbaras nas duas Guerras Mundiais do século XX, reconhecendo o direito à dignidade humana e referindo, no seu artigo 3º, que “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

No que concerne à segurança pessoal, a Constituição da República Portuguesa, no n.º 1 do art.º 27º, refere que para as pessoas exercerem a sua cidadania³, têm de ter direito à liberdade e à segurança (Canotilho & Moreira, 2005), conferindo-se ao Estado o dever de garantir um dos fins últimos, a segurança. (Caetano, 2006).

É ao Ministério da Administração Interna (MAI) que, como parte do Estado, tem a atribuição de assegurar a proteção da liberdade e da segurança das pessoas e seus bens, prevenindo e reprimindo a criminalidade (art.º 2º da Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna [LOMAI]⁴). Um dos programas que promovem a segurança foi assinado entre o MAI e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) em agosto de 2008. Este programa tornou-se um modelo de referência para o estabelecimento dos Contratos Locais de Segurança (CLS) (Direção-Geral de Administração Interna [DGAI], 2009).

O objetivo principal dos CLS é o de, através da cooperação institucional, (em pequenos ou grandes aglomerados de pessoas), prevenir a criminalidade. Neste sentido, no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) pode ler-se que “através da cooperação entre os Governos Cívicos, as Forças de Segurança, os municípios e outros parceiros, continuam a ser desenvolvidos esforços no sentido de reforçar a confiança das populações (...) através do aprofundamento da articulação entre os elementos policiais e as comunidades locais” (Relatório Anual de Segurança Interna [RASI], 2011, p.127)

O CLS respeitante à cidade de Mangualde foi assinado em 4 de março de 2011. Este CLS tem a capacidade de: reforçar o sentimento de segurança dos munícipes; aperfeiçoar a eficácia e eficiência do serviço policial; aproximar as forças de segurança das necessidades e expectativas das pessoas; potenciar os programas de policiamento de proximidade;

³ “O conceito de cidadania pode descrever-se simplesmente como a participação numa comunidade” (Silva, 2010, p.6).

⁴ Decreto-Lei n.º 203/2006, publicado no Diário da República em 27 de outubro de 2006, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna.

envolver a população na segurança (Ministério da Administração Interna [MAI] & Município de Mangualde, 2011).

Neste contexto e de acordo com a realidade de Mangualde, foram definidas áreas prioritárias de intervenção, nomeadamente a delinquência juvenil, o policiamento de proximidade, as formas de violência escolar, a segurança em meio industrial e fenómenos de insegurança diversos (MAI & Município de Mangualde, 2011).

Para objeto de estudo do trabalho de investigação foram escolhidas duas zonas específicas deste contrato, a zona do agrupamento de escolas e a zona industrial, por serem estes espaços aqueles a que se faz mais referência no protocolo de celebração do CLS de Mangualde.

A elaboração deste trabalho iniciou-se com a definição de um tema, pois a “primeira questão a definir é **o que se quer investigar**.” (Carmo & Ferreira, 2008, p.46). Depois de determinado o que se pretendia investigar, interessava efetuar uma revisão da literatura para se tomar conhecimento do estado da arte desta temática e assim se poderem formular devidamente as hipóteses de trabalho (Alferes, 1997).

A inexistência de questionários sobre este tema obrigou à criação de um instrumento específico para este trabalho, tendo-se em consideração as recomendações de Hill e Hill (2009), sendo elaboradas perguntas diretas e formulando objetivos com base nos objetivos estratégicos do CLS de Mangualde. Foi estabelecida e aplicada uma versão preliminar do questionário (pré-teste), antes do estabelecimento da versão definitiva (Alferes, 1997).

No intuito de se complementar a informação oriunda dos questionários que permitiria conhecer a perceção dos sujeitos da zona do agrupamento de escolas e da zona industrial, recorreu-se a entrevistas estruturadas fazendo parte de um guião (Sarmiento, 2008), a individualidades que estiveram relacionadas com a assinatura, e que estejam a participar no desenvolvimento deste contrato. Desta forma, recolhem-se dados para a realização de uma investigação, através de questões a pessoas suscetíveis de facultarem informação com relevância para o problema em estudo (Vilelas, 2009).

Procedeu-se depois do pré-teste, à aplicação dos questionários a 554 sujeitos na zona industrial e zona do agrupamento de escolas de Mangualde e realizaram-se cinco entrevistas a entidades relacionadas com a assinatura ou desenvolvimento do CLS, para se chegar à fase de análise dos dados e consequente verificação das hipóteses em estudo.

Deste modo, o presente trabalho terá como objetivo geral verificar a perceção de segurança da população de Mangualde, desde a assinatura do respetivo CLS.

Relativamente aos objetivos específicos, procurar-se-á:

- verificar se os alunos, os professores, os funcionários e a população circundante do agrupamento de escolas constataram uma redução de comportamentos de risco e de ilícitos no respetivo agrupamento e áreas envolventes, bem como se verificaram uma maior interação dos militares da GNR com as pessoas, uma maior presença através do policiamento de proximidade e uma utilização de mais meios.

- verificar se os trabalhadores e a população circundante da zona industrial verificaram uma maior interação da GNR com as pessoas, um aumento do policiamento de proximidade, com a utilização de mais meios e se essa zona tem constituído um espaço mais seguro.

- verificar se existiu uma redução dos índices de criminalidade e de violência juvenil e, com estes dados, verificar se estão de acordo com a perceção de segurança das pessoas.

Decorrente destes objetivos específicos, emergiu a seguinte pergunta de partida: O Contrato Local de Segurança de Mangualde fez aumentar na população local a perceção de segurança?

Sucederam-se então as respetivas perguntas derivadas:

P1 – A zona de Agrupamento de Escolas e a zona industrial constituem-se locais seguros?

P2 – Existiu um policiamento mais próximo da população, sendo reforçado na área envolvente do agrupamento de escolas, bem como na zona industrial?

P3 – Decresceram os índices de criminalidade e de violência juvenil?

Das perguntas de investigação emergem um conjunto de hipóteses. Por hipótese entende-se uma asserção provisória, verdadeira ou não, que "dentro de uma elaboração científica, deve ser necessariamente submetida a (...) procedimentos de *verificação* e *demonstração*" (Barros, 2008, p.152). No entendimento de Quivy & Campenhoudt (2008, p.119), "um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses." Desta forma e de acordo com a revisão de literatura, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1 – A segurança é avaliada de forma positiva na zona do agrupamento de escolas e na zona industrial.

H2 – As pessoas que têm conhecimento do CLS de Mangualde percecionam uma melhoria na segurança em Mangualde, contrariamente aos que não o conhecem.

H3 – Existiu uma redução de comportamentos de risco e de ilícitos no exterior e interior do agrupamento de escolas, tendo sido fomentado o civismo e a cidadania na comunidade escolar.

H4 – O exterior e o interior do agrupamento de escolas tornaram-se um espaço com mais segurança para trabalhar, estudar e residir.

H5 – Existiu uma redução de ilícitos na zona industrial.

H6 – A zona industrial e áreas envolventes tornaram-se espaços com mais segurança para trabalhar e residir.

H7 – Percecionou se um maior contato dos militares da GNR com a população na zona do agrupamento de escolas, em relação à zona industrial.

H8 – No exterior do agrupamento de escolas o policiamento de proximidade foi reforçado, com uma maior utilização de meios materiais (viaturas) e meios humanos, em relação à zona industrial.

H9 – Os índices de criminalidade e violência juvenil diminuíram na zona do agrupamento de escolas e na zona industrial.

Seguidamente será apresentada a Revisão de Literatura composta por três capítulos – Segurança e Insegurança; Contratos Locais de Segurança; e A Guarda Nacional Republicana e a proximidade – sendo nesta fase apresentado o Estado da Arte sobre a temática em estudo, o que permitirá direcionar a investigação. A parte prática é composta por dois capítulos – Metodologia e procedimentos; e Apresentação, análise e discussão dos resultados – onde se refere a aplicação de questionários e entrevistas para a recolha de dados e posterior tratamento. Por fim as Conclusões e recomendações provenientes deste trabalho e a proposta de investigações futuras.

Capítulo 2

Segurança e Insegurança

O conceito de segurança sofreu alterações ao longo dos tempos, de acordo com as épocas e as circunstâncias de cada momento histórico e social. É algo que o Homem tem constantemente almejado desde os primórdios da sua existência, desenvolvendo atividades relacionadas com a proteção – a sua, ou a dos outros.

2.1. Evolução do Conceito de Segurança

Com a evolução dos primórdios da humanidade, começam a figurar registos alusivos a preceitos de segurança, com a passagem das formas de justiça primária para a punição dos desvios sociais decidida pelo Estado. Desta forma, por volta de 1700 AC, foi estabelecido o Código de Hamurabi, contendo várias normas de segurança; mais tarde, um livro chinês datado de 1122 AC, o Livro de Chou Li, refere a utilização de patrulhamentos do tipo policial, bem como atividades de investigação. No período compreendido entre 1000 AC e 500 AC, na Grécia antiga, surgem registos referentes à instituição de forças de polícia (Alves, 2008).

Segundo este mesmo autor (2010, p.21), “as ideias de combate ao crime vieram a ser bastantes desenvolvidas na Roma Antiga e, de então para cá, as actividades respeitantes à segurança de pessoas e bens contra acções delinquentes seguiram um longo percurso que, fazendo incubação na Grã-bretanha, alastrou pela Europa, veio a ter grande expansão nos Estados Unidos da América e, hoje em dia, de um ou de outro modo, afecta todo o mundo conhecido do homem, com expressão nas organizações de polícia”.

As transformações que se têm vindo a registar nos últimos séculos, quer quanto à própria constituição do Estado, quer quanto ao seu papel interventivo na sociedade, provocaram uma evolução na segurança do século XVIII para o século XX, implicando

transformações no seu conceito. Originalmente a segurança era garantida pelo soberano e que assegurava principalmente a proteção do seu património; sofre uma alteração, em que o Estado passa a ter o monopólio desta área, assegurando a proteção da vida e do património dos seus cidadãos, fazendo assim surgir o conceito de segurança pública (Oliveira, 2006).

O cidadão cada vez mais exige que o Estado lhe assegure adequados níveis de segurança; neste sentido, o Estado tem de garantir uma segurança integral com instrumentos que permitam a prevenção e repressão de ameaças e riscos⁵, substituindo as formas tradicionais de segurança (Teixeira, Lourenço & Piçarra, 2006).

A este propósito, Bauman (2001, p.24), refletindo sobre os condicionalismos do mundo atual, refere que as duas maiores preocupações do cidadão são, a segurança e a liberdade, esclarecendo que “segurança sem liberdade equivale a escravidão (...) e a liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado”. Esta constatação é acentuada por se viver numa época caracterizada pelo quase desaparecimento do sentimento de comunidade, por incertezas e medos em relação ao futuro, mergulhando as pessoas num ambiente em constante transformação, em que as regras mudam constantemente (Bauman, 2001).

Estas incertezas têm a ver com o medo das pessoas face ao aumento generalizado da criminalidade, quer seja espontânea ou organizada, esperando que seja o Estado a regular a segurança pública; como refere Young, (2002), a criminalidade, especialmente para os habitantes das áreas urbanas, deixou de ser uma preocupação secundária para se tornar numa possibilidade que está sempre presente. Isto, porque a sociedade atual deixou de ser inclusiva para passar a ser excludente, reforçando as atitudes de desconfiança e alheamento em relação ao "outro".

2.2. Conceito atual de Segurança

O termo “segurança”, originado a partir “do latim *securus*, aponta para um estado ou situação livre de perigo, sendo corrente entender-se segurança como ausência de perigo.” (Alves, 2008, p.43). Ao longo dos tempos, dependendo dos indivíduos, das

⁵ “A ameaça é qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contaria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais e morais.” (Couto, 1988, p.329). Um risco “é a probabilidade de a ameaça se concretizar – quantificação com vista a diminuir a incerteza – resultante da análise detalhada da situação no alvo.” (Alves, 2008, p.54).

sociedades e dos momentos históricos em que é utilizado, o conceito de segurança adquire significados diferentes. A exemplo disso, nas sociedades ocidentais a segurança obteve um estatuto de bem público e de direito fundamental (Teixeira *et al.*, 2006).

O Estado, na sua atuação, procura garantir a segurança, zelando pela manutenção e integridade dos seus cidadãos, pela preservação do seu património e pela sobrevivência do seu território (Barrento, 2010). Desta forma, qualquer “unidade política aspira, naturalmente, a manter-se e sobreviver. (...) cada Estado tem, como preocupação primária, a sua segurança, a fim de poder garantir a sua existência, usufruir os seus direitos e proteger os seus interesses” (Couto, 1988, p.69), para depois proteger a sua população.

O conceito de segurança é definido por vários autores; assim, segundo Carlos Alves (2008, p.47), “é o *estado* ou *condição* que se estabelece *num determinado ambiente*, através da utilização de medidas adequadas, *com vista à sua preservação e à conduta de actividades*, no seu interior ou em seu proveito, *sem rupturas*”; a segurança é também definida como “um estado pessoal, mas simultaneamente um processo social de interação entre indivíduos e sistemas que visa assegurar a previsibilidade, a confiança, a regularidade e a ordem, como forma de combater ameaças e riscos geradas pela desordem e imprevisibilidade.” (Teixeira *et al.*, 2006, p.33). Ambos os conceitos referem que a segurança é um estado pessoal, mas para além deste facto verifica-se no segundo conceito que é mais do que isso, em que existe a necessidade de uma interação entre os cidadãos e as entidades responsáveis pela segurança.

Na governança da segurança, o Estado não é o único ator, tendo vindo a deixar de possuir o monopólio desta área; no entanto, continua a ter uma atuação preponderante. Compete ao Estado o papel de prestador de segurança, sendo responsável pela territorialização e proximidade, bem como pela eficácia das ações desenvolvidas nesta área. Como dinamizador, compete-lhe mobilizar e levar outros atores a participar na segurança. Por fim, como regulador, tem de ter a capacidade de definir quais as competências, os procedimentos e os limites de cada um dos outros atores (Teixeira *et al.*, 2006; Gomes, 2006).

Os municípios e as organizações civis costumam desempenhar um papel de grande importância no garante da segurança, isto constata-se através dos notáveis resultados obtidos com os CLS, os quais têm vindo a demonstrar que estas parcerias são benéficas (XVIII Governo Constitucional, s.d.).

Neste sentido, os Estados têm descentralizado competências para os poderes locais como forma de dar resposta aos novos desafios da segurança, traduzindo-se esta mudança

no conceito de *governança*. Esta ideia caracteriza-se pela cooperação entre atores públicos e privados, substituindo a direção pública pela passagem da tutela ao contrato, em que o Estado contratualiza com os municípios a adoção de medidas concretas⁶, em vez de atuar unilateral e isoladamente na questão da segurança (Teixeira *et al.*, 2006; Gomes, 2006).

José Oliveira (2006, p.69) menciona esse facto, que ao contrário do que sucedia anteriormente, o Estado não pode hoje continuar a atuar de forma isolada e unilateral para garantir segurança e refere que um “novo conceito de segurança deverá traduzir-se na implementação de novas políticas e práticas de segurança, nomeadamente, através do estabelecimento de parcerias entre o Estado e a sociedade civil e a contratualização entre o Estado central e os poderes locais”.

O cidadão ao exigir a segurança fez com que o Estado obtivesse o monopólio desta área; contudo, este facto parece insuficiente e as pessoas continuam a reclamar por mais segurança, levando o Estado a restabelecer as suas estratégias. Desta forma, estabelece parcerias com outras entidades, como seja através dos CLS, que são um instrumento de cooperação entre instituições e mesmo com a população em geral.

2.3. Segurança Interna

A Segurança, como um dos fins do Estado, tem por objetivo evitar ou neutralizar as ameaças, sejam externas ou internas. Pode-se referir segurança externa como sendo a missão primordial das Forças Armadas e segurança interna como encargo das Forças e Serviços de Segurança do Estado (Alves, 2008).

As forças de segurança são as que têm como principal responsabilidade garantir a segurança interna. A própria Constituição da República Portuguesa (CRP) faz referência a esse facto como sendo uma das funções das polícias⁷ e estas são o instrumento utilizado pelo Estado para que a segurança interna seja garantida. É da responsabilidade do MAI a formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas de segurança interna (art.º 1º da LOMAI), para tal, tem como atribuições manter a ordem e a tranquilidade públicas; assegurar a proteção da liberdade e da segurança das pessoas e seus bens; e prevenir e reprimir a criminalidade (art.º 2º da LOMAI).

⁶ Como o caso das polícias municipais, das empresas de segurança privada, dos Contratos Locais de Segurança (XVII Governo Constitucional, s.d.).

⁷ O n.º 1 do art.º 272º da CRP refere a “polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (Canotilho & Moreira, (2005).

A Lei de Segurança Interna⁸ (LSI) apresenta a sua própria definição de segurança interna como sendo “a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática” (n.º 1, art.º 1º da LSI).

A nível europeu foi criada a Estratégia Europeia de Segurança Interna, com o objetivo de coordenar os esforços dos países membros da UE, no sentido de consolidar um modelo de segurança orientado por princípios e valores comuns que seja capaz de identificar ameaças que lhes sejam comuns. Este conjunto de esforços é dinamizado e coordenado pelo Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna (RASI, 2012).

Integrado neste contexto, Portugal deve abandonar a tradicional prática em que a segurança interna e a defesa são vistas em Portugal de maneira algo parcelar e redutora pela forma como se inter-relacionam, para se passar à definição de uma estratégia nacional que compreenda melhor os fenómenos, sejam eles locais, nacionais ou internacionais (Elias, 2012).

2.4. Segurança através do policiamento de proximidade

Para prevenir e reprimir a criminalidade e reforçar a perceção de segurança da população, deve ser exercido um policiamento de proximidade com maior visibilidade, para um melhor controlo das fontes de perigo identificadas e tendo uma especial atenção quanto às pessoas mais vulneráveis (XVII Governo Constitucional, s.d.). Neste sentido, o XIX Governo Constitucional propunha como atribuição do Executivo o policiamento de proximidade e uma atenção especial nas zonas urbanas sensíveis, especialmente nas áreas da educação, da habitação, do emprego e da toxicodependência, incrementando uma presença e visibilidade das forças de segurança (XIX Governo Constitucional, s.d.).

Baseando-se nestes pressupostos, a GNR definiu para 2012 os seus próprios objetivos; assim, definiu no objetivo estratégico número 2 “reforçar o policiamento de proximidade, orientado para a protecção dos cidadãos em geral e, em particular, das

⁸ Lei n.º 53/2008, publicada no Diário da República em 29 de Agosto de 2008, que aprova a Lei de Segurança Interna.

peças especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos” (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2012, p.47).

O conceito de proximidade visa a “aproximação da polícia à população, no quadro de um aumento da sua eficácia e legitimidade” (Oliveira, 2006, p.85). Este conceito de proximidade visa diminuir as distâncias entre as Forças de Segurança e a população, bem como a renovação e a melhoria das suas relações.

O policiamento de proximidade tem como objetivos reduzir a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança, bem como gerar nas pessoas uma maior satisfação com o serviço policial prestado (Lisboa & Dias, 2008). Para que se consiga materializar o policiamento de proximidade, os polícias e a comunidade devem trabalhar em conjunto para aumentar a perceção de segurança, encontrando soluções para os problemas relacionados com a desordem e a criminalidade.

Este policiamento já era tradicionalmente efetuado com mais visibilidade quando os elementos policiais efetuavam o patrulhamento a pé, em que era proporcionado um contacto direto com as pessoas (GNR, 1997). Havia uma maior observação, uma interação mais próxima e um maior conhecimento das pessoas de determinada área, conseguindo-se, desta forma, obter mais facilmente informações essenciais para a atividade policial.

Frequentemente, a população tem uma imagem menos positiva acerca das polícias, criando estereótipos, facto que dificulta a aproximação, pois para Parreira da Siva (2010, p.15 “estes juízos simplificados, tendem a reproduzir-se de geração em geração e permanecer através do tempo no discurso social. Assim, mesmo certos cidadãos que nunca tiveram contacto com as Polícias sentem necessidade de partilhar a mesma imagem, nem sempre positiva”.

Torna-se então necessário que surjam mudanças para promover a participação dos cidadãos na segurança, através de uma responsabilidade distributiva (Silva, 2010). Assim, o policiamento deve ser feito em parceria com as comunidades, de acordo com a necessidade pública específica das populações.

2.5. Insegurança

O Estado vê-se na obrigação de ter de prevenir e combater as ameaças e os riscos que realmente existem, mas também aquilo que os cidadãos percecionam como influenciando a sua segurança (Gomes, 2006). Cabral Couto (1988, p.69) afirma que a

“segurança traduz um estado ou condição, mas é também um fenómeno psicológico.” A problemática de as pessoas se sentirem seguras ou inseguras não resulta apenas de factos concretos – crimes e outros delitos – é também resultado do modo de interpretação dessas pessoas acerca do espaço envolvente. Não é necessário que elas próprias tenham sido vítimas, ou que tenham tido contacto com vítimas, para que se sintam inseguras (Alves, 2008), é algo que afeta toda a população de uma comunidade, em menor ou maior grau.

Segundo Carlos Alves (2008, p.79) “o sentimento de insegurança, alimenta-se das crises concretas do dia a dia, da delinquência, e também de ameaças difusas, sejam de natureza económica, política social ou mesmo das chamadas incivildades”. Entendidas estas como pequenas desordens, indelicadezas, gritarias, vandalismos e exibicionismos ruidosos, em que “não são roubos nem agressões; não são prejuízos materiais graves; nem tão pouco agressões físicas a pessoas. Trata-se antes de uma quebra das regras de convívio em harmonia.” (Alves, 2008, p.83).

As incivildades tornam-se num conjunto de factos e acontecimentos que contribuem para o aumento da insegurança, alterando a perceção da população, fazendo com que cada vez menos pessoas queiram apresentar queixa quando são vítimas ou testemunhas de atos delituosos, havendo uma menor vontade de se envolverem em programas coletivos e aumentando o desejo de se isolarem em suas casas, para se sentirem mais seguras (Roché, 2000).

O *Community Support Officers*, em 2005, verificou que em Inglaterra e País de Gales o sentimento de segurança advinha mais da presença e visibilidade dos agentes, do que precisamente das taxas de criminalidade, porque apesar destas taxas terem sofrido uma redução drástica, as pessoas não acreditavam que a criminalidade tinha diminuído mas, pelo contrário, afirmavam que tinha aumentado (Lisboa & Dias, 2008).

Segundo Georges Fenech, (2001) este sentimento de insegurança decorre da relação de proximidade dos factos. Os moradores de um bairro têm uma maior sensibilidade ao traficante de droga que vive no apartamento ao lado do seu, ao vandalismo realizado pelos jovens do seu bairro, do que aos grandes crimes longínquos. Devido à globalização esta ideia tem sido alterada, pois acontecimentos e factos longínquos provocam nas pessoas a mesma insegurança que aqueles acontecimentos que lhes estão mais próximos (Gomes, 2006).

Capítulo 3

Contratos Locais de Segurança

“Será vitorioso aquele cujas forças estiverem unidas por um objectivo comum.” (Sun Tzu, 2009, p.55).

Um CLS é um compromisso livremente estabelecido entre entidades públicas – Estado, Forças de Segurança, Autarquias – e a sociedade civil, as forças sociais, económicas, culturais e os cidadãos em geral, com o objetivo de criar uma cultura de segurança baseada numa estratégia conjunta de intervenção. Assim, os contratos locais de segurança afirmam-se como um mecanismo de partilha de responsabilidades por todos os agentes comunitários, de acordo com os objetivos definidos em conjunto e dependendo dos recursos da própria comunidade. (Câmara Municipal de Loures, s.d.) De seguida, apresentam-se mais alguns aspetos específicos deste contexto.

3.1. Contratos Locais de Segurança em França

Em França, o processo de intervenção dos cidadãos na segurança pública desenvolve-se através dos contactos com a polícia de bairro e ainda nas parcerias que são estabelecidas nos CLS, que “permitem e facilitam a participação das associações locais de cidadãos, de outros actores institucionais e da polícia, na discussão dos assuntos relativos à segurança” (Oliveira, 2006, p.307).

Em junho de 1997, o então primeiro-ministro francês Lionel Jospin afirmou, em declaração pública, que um dos aspetos políticos⁹ a considerar pelo novo governo era a questão da segurança. Desta forma, em setembro do mesmo ano, é apresentado um relatório intitulado: *Uma política de segurança mais próxima do cidadão*. Este relatório recomenda o reforço de parcerias entre o Estado, os seus serviços e os atores locais,

⁹ Outro aspeto político considerado foi a questão do emprego.

nomeadamente através da celebração de Contratos Locais de Segurança. Estes contratos tornaram-se uma realidade através da Circular de 28 de outubro de 1997¹⁰ (Pannier, 2001).

Os CLS são a principal ferramenta da política de segurança, favorecendo a educação dos cidadãos como forma de prevenção da criminalidade, a proximidade da polícia e *gendarmérie* à população e o reforço da ação conjunta de todos os serviços do Estado; aplicam-se principalmente em bairros problemáticos, onde os recursos devem ser concentrados (Circulaire du 28 octobre 1997). São um instrumento privilegiado do direito e da segurança, devendo existir uma ação conjunta de todos aqueles que são responsáveis pela prevenção, repressão e solidariedade (Circulaire du 7 juin 1999).

Afirma-se ainda que a dinâmica alcançada nos primeiros CLS deve ser mantida e desenvolvida, garantindo a sua adequação à parte do território onde estão implementados, numa adaptação constante às necessidades de segurança. O policiamento de proximidade terá maior eficiência e visibilidade integrado num CLS, servindo ambos a mesma política de segurança (Circulaire du 16 octobre 2000).

3.2. Contratos Locais de Segurança em Portugal

Em Portugal, o CLS surge inspirado em modelos já existentes noutros Países da Europa – França, Inglaterra, Espanha – e assume-se como “um compromisso livremente assumido entre os poderes públicos – o Estado, as Forças de Segurança, as autarquias – e a sociedade civil, os seus agentes sociais, económicos, culturais e cidadãos em geral, para a criação de uma nova “cultura de segurança”, assente numa estratégia de intervenção, activa e partilhada, que a todos motiva e responsabiliza” (Câmara Municipal de Loures, s.d., s.p.).

Neste sentido, como forma de dar resposta aos novos desafios da segurança, os Estados têm descentralizado competências para os poderes locais, traduzindo-se na cooperação entre atores públicos e privados, em que o Estado contratualiza com os municípios a adoção de medidas, em vez de atuar isoladamente na questão da segurança (Teixeira *et al.*, 2006; Gomes, 2006).

A segurança sempre foi considerada um bem comum essencial, devendo existir “acções que promovam a cidadania activa,” em que “as cidades e as colectividades territoriais devem dotar-se de planos locais de segurança que contemplem em particular a

¹⁰ Publicada no *Journal Officiel de la République Française* em 30 de outubro de 1997, sobre a implementação dos Contratos Locais de Segurança.

prevenção” para que exista um ambiente de segurança (Fórum Europeu para a Segurança Urbana, 2006, p.1 e 2).

Com o ideal deste ambiente de segurança, o XVII Governo Constitucional Português, nas Grandes Opções do Plano para 2005-2009¹¹, estabeleceu as principais linhas de ação para que seja assegurada a segurança aos cidadãos. Neste sentido, o Governo, através do MAI, e a ANMP, celebraram em agosto de 2008 um modelo de referência para o estabelecimento dos CLS, que proporcionam “novas formas de gestão e contratualização da segurança dos cidadãos, das quais faz parte uma nova geração de instrumentos de política de segurança” (DGAI, 2009, p.xiv).

Estes contratos materializam-se num acordo de cooperação para a prevenção e repressão da criminalidade, contra condutas que atentem contra a segurança das populações e a integridade das pessoas e bens. Correspondem a um conceito alargado de segurança, que se traduz no policiamento de proximidade, com um reforço da presença e da visibilidade dos elementos policiais (Pereira, 2009).

Segundo Rui Pereira¹², estes contratos têm um papel muito interveniente no que respeita à segurança das populações e ao aumento dos seus níveis de segurança, principalmente em zonas mais problemáticas dos municípios (Governo Civil do Distrito de Faro, 2009). Acrescenta, que desde 2008 têm sido celebrados CLS, que inicialmente se direcionam para diagnósticos locais de segurança, fazendo o levantamento dos principais problemas a resolver, e depois investe-se num trabalho local (SICNotícias, 04-03-2011).

Na sua fase piloto, este modelo organizativo de segurança, assinado em 2008, foi implementado no Município de Loures, abrangendo um total de 50 mil pessoas das Freguesias da Apelação, Camarate e Sacavém, tendo como principais áreas de intervenção a pequena criminalidade e a delinquência juvenil, a violência doméstica e os comportamentos antissociais, como as incivildades e atos de vandalismo. O objetivo consistia na redução dos índices de criminalidade e de delinquência juvenil, na redução do sentimento de insegurança das pessoas, na promoção uma cultura de responsabilização e no incentivo da auto estima e do sentimento de pertença à comunidade (Câmara Municipal de Loures, s.d.).

No primeiro ano de implementação deste contrato, celebraram-se 28 protocolos de adesão com vigência de um ano, entre entidades públicas e privadas, o Governo e a Autarquia; em 2011 foram renovados e celebrados de novo 68 protocolos de adesão,

¹¹ Aprovadas pela Lei n° 52/2005, de 31 de agosto de 2005, publicada no Diário da República.

¹² Ministro da Administração Interna nos XVII e XVIII governos constitucionais.

tornando este CLS uma referência que serviu de inspiração a outros (Câmara Municipal de Loures, s.d.).

No que respeita às Grandes Opções do Plano para 2010-2013¹³, o Governo pretendia que fossem reforçados e monitorizados os CLS celebrados entre os diversos parceiros e aprofundado o policiamento de proximidade e segurança comunitária. Desta forma, até ao final de 2011 foram celebrados 35 Contratos Locais de Segurança entre os Governos Civis e os respetivos Municípios (RASI, 2012).

3.2.1. Contrato Local de Segurança de Mangualde

De acordo com a criminalidade participada no Distrito de Viseu, o Município de Mangualde ocupava em 2009 o 3º lugar no índice criminal do Distrito, com 529 crimes participados¹⁴, tendo existido um aumento de 18,1% comparativamente com o ano anterior (MAI & Município de Mangualde, 2011; DGAI, 2012). Perante estes dados e para que seja garantida a segurança de pessoas e bens, deverão existir respostas integradas que possibilitem que a população mantenha um elevado sentimento de segurança. (MAI & Município de Mangualde, 2011).

O então Ministro da Administração Interna, Rui Pereira, aquando da assinatura do CLS de Mangualde, em 4 de março de 2011, referiu que nas sociedades desenvolvidas como a portuguesa, a segurança é uma responsabilidade que deve ser partilhada, obedecendo a um esforço conjunto de várias entidades, entre as quais o Estado, as autarquias, as empresas e os cidadãos em geral (SICNotícias, 04-03-2011).

Ora, sendo uma corporação tradicionalmente importante no desenho securitário do nosso país, a GNR, como parte integrante da nossa sociedade, tem de acompanhar este ambiente de mudança ao nível da segurança, que resulta do ritmo acelerado das transformações, sejam culturais ou sociais (Alves, 2008). A GNR, de acordo com as orientações do MAI tem de acompanhar a mudança e inteirar-se das novas formas de proporcionar segurança às pessoas da área onde é territorialmente competente, neste caso contribuir para o desenvolvimento de CLS de Mangualde.

Este CLS tem a capacidade de reforçar o sentimento de segurança dos munícipes, aperfeiçoar a eficácia e eficiência do serviço policial, aproximar a GNR das necessidades e

¹³ Aprovadas pela Lei n° 3-A/2010, de 28 de abril de 2010, publicada no Diário da República.

¹⁴ Em 2010 houve um decréscimo para 440 e em 2011 para 484 crimes participados (DGA, 2012).

expectativas das pessoas, potenciar os programas especiais, bem como envolver a população no processo de segurança (MAI & Município de Mangualde, 2011). “Sendo a segurança em primeiro lugar um assunto de Estado, é também **um assunto de todos os cidadãos**. Ela não pode ser verdadeiramente eficaz se não for também preocupação de cada um dos indivíduos que compõem a sociedade.” (Alves, 2010, p.27). Desta forma, cada pessoa deve ser imbuída da ideia de contribuir ativamente para a questão da segurança na sua área.

O ministro Rui Pereira, em 2011, explicou que este CLS tem algumas especificidades, designadamente a segurança da população escolar e a necessidade de constituir o parque industrial como um espaço mais seguro (SICNotícias, 04-03-2011). No seguimento desta ideia, a delinquência juvenil, o policiamento de proximidade, as formas de violência escolar, a segurança em meio industrial e os fenómenos de insegurança diversos, constituem-se como as áreas prioritárias de intervenção deste contrato (MAI & Município de Mangualde, 2011).

Foram definidos, neste âmbito de atuação, os seguintes objetivos estratégicos: reduzir os índices de criminalidade e violência juvenil; determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes; reforçar o policiamento de proximidade, através dos meios necessários e adequados para o efeito; fomentar o civismo e a cidadania; combater situações tipificadas como novas de violência na comunidade escolar, como o *bullying*¹⁵; promover um ambiente industrial com riscos minimizados e elaborar um diagnóstico na freguesia sede do Concelho, especialmente abrangida pelo CLS (MAI & Município de Mangualde, 2011).

Miguel Ginestal, em 2011, na qualidade de Governador Civil de Viseu, referiu que Mangualde possui uma zona económica que se afigura muito relevante para a região, com grandes empresas de transportes¹⁶, com uma das maiores empresas exportadoras do país¹⁷ e importantes vias de comunicação¹⁸. Estes factos expõem o concelho a fenómenos de criminalidade, sendo necessária uma postura preventiva como forma de os combater (SICNotícias, 04-03-2011).

¹⁵ O *bullying* é “uma vontade consistente e desejo de magoar ou amedrontar alguém quer física, verbal ou psicologicamente” (Pereira, 2002, p.17).

¹⁶ Por exemplo, a empresa Patinter Portuguesa de Automóveis Transportadores SA.

¹⁷ PSA – Peugeot Citroen Automóveis de Portugal SA, a 12ª maior empresa exportadora portuguesa.

¹⁸ Autoestrada A25, linha de comboio da Beira Alta, Estrada Nacional 234 com ligação a Nelas.

Capítulo 4

A Guarda Nacional Republicana e a proximidade

Os militares da GNR, no cumprimento da sua missão de patrulhamento, sempre estabeleceram um contacto de proximidade com as populações da sua área de ação, tentando conhecer as pessoas e estabelecer contacto com elas, para desta forma obter informações importantes; pode-se assim dizer que desde sempre efetuaram aquilo que hoje se denomina por policimento de proximidade.

4.1. A Guarda Nacional Republicana e o policimento de proximidade

A Guarda Nacional Republicana “é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas” (n.º1 do art.º 1º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana [LOGNR]¹⁹), integra 25 429 elementos, entre militares – Oficiais, Sargentos, Guardas – e civis, com atribuições e poderes de atuação em cerca de 94% do território nacional, servindo 5.756.027 habitantes, cerca de 53,8% da população residente (GNR, 2012). Tem como missão, “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei” (n.º2 do art.º 1º da LOGNR).

A Lei Orgânica da GNR concede-lhe, entre outras, as seguintes atribuições: garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos; garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens; prevenir a criminalidade em geral; prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos; prevenir e detetar situações de tráfico e

¹⁹ Lei n.º 63/2007, publicada no Diário da República em 06 de Novembro de 2007, e que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana.

consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo; e contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos (n.º1 do art.º 3º da LOGNR²⁰).

Para o cumprimento das suas atribuições a GNR está implementada a nível nacional em Comandos Territoriais²¹, correspondendo cada Comando à área de um distrito e à área de cada uma das regiões autónomas (Copeto, 2011). Cada Comando está dividido em Destacamentos Territoriais, de Trânsito e de Intervenção. Os Destacamentos Territoriais e de Trânsito estão subdivididos em Sub-Destacamentos e Postos (art.º 3º da Portaria 1450/2008).

A GNR, “sem prejuízo das prioridades legais da sua atuação, coopera (...) com as autoridades públicas, designadamente com os órgãos autárquicos e outros organismos, nos termos da lei” (n.º1 do art.º 6º da LOGNR), neste caso, no desenvolvimento dos CLS.

Na prossecução da sua missão, a GNR desenvolve a sua atividade nomeadamente na área policial, “através do patrulhamento intensivo de toda a zona de Ação da Guarda”, (n.º2 do art.º 6º do Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana [RGSGNR]²²), sendo nesta área que empenha a maioria dos efetivos. Esta atividade de patrulhamento é exercida de forma preventiva diariamente, pela vigilância e presença constante (GNR, 1996) e constitui-se como uma importante fonte de informação, sendo elemento principal na orientação da atividade policial (GNR, 1997).

As ações policiais decorrem num ambiente operacional típico, existindo um contacto estreito e permanente com as populações, podendo advir diversas formas de ameaças e riscos, o que origina a imprevisibilidade das situações em que uma força tem que atuar. A atuação policial rege-se pelo cumprimento da lei, havendo uma forte exposição ao sentido crítico da população e dos órgãos de comunicação social (Branco, 2010).

As forças da GNR regulam-se pelo lema «Pela lei e pela grei» e obedecem aos princípios de atuação, nomeadamente para com o cidadão: usando toda a correção, cortesia e boa conduta, atuando de modo a manter a confiança, consideração e o prestígio, prestando todo o auxílio, informação ou esclarecimento que lhes seja solicitado pelos

²⁰ Alíneas *a), b), c), d), m), p)* do n.º1 do art.º 3º da LOGNR.

²¹ São 20 ao todo, sendo 18 em Portugal Continental, 1 na Região Autónoma dos Açores e 1 na Região Autónoma da Madeira.

²² Despacho n.º 10393/2010, publicado no Diário da República em 06 de Novembro de 2007, aprova o Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana.

cidadãos (n.º3 do art.º 7º do RGSGNR), devem executar uma prevenção “eficaz e firme das acções ilegais de modo a infundir o sentimento de segurança nos cidadãos e de confiança na Acção da Guarda” (n.º4 do art.º 7º do RGSGNR).

Ao efetuar o patrulhamento com mais visibilidade e intensidade, a GNR contribui para a perceção de segurança da população. O militar da Guarda conhece melhor o cidadão e este o militar, permitindo uma partilha de informações, um trabalho em conjunto para a resolução de problemas através do policiamento de proximidade, sendo uma força humana, próxima e de confiança (GNR, 2010).

O posto territorial desempenha um papel importante nesta atividade, através do policiamento geral desenvolvido pelas suas patrulhas, fomentando um contacto próximo e privilegiado junto das pessoas (Alves, 2011). Esta forma de executar o policiamento mais próximo da população é algo que a Guarda tem desde há muito enraizado, devido à “sua longa tradição e prática de trabalho em parceria com as comunidades locais” (Parreira, 2011, p.47) e “tem sabido interpretar as necessidades de policiamento de proximidade, de segurança das vítimas mais vulneráveis, através de celebração de contratos locais de segurança” (Pereira, 2011, p.44).

4.1.1. Policiamento de proximidade em Mangualde

O policiamento desenvolvido pela GNR em Mangualde é da competência do posto territorial, realizado por 17 militares, entre eles cabos e guardas. Estes militares são os primeiros a estabelecer contacto com a população, realizando assim um policiamento de proximidade. Ao nível do destacamento territorial, este policiamento é concretizado pela Secção de Programas Especiais (SPE) através dos 3 militares adstritos a todos os programas especiais. A nível de viaturas esta secção tem atribuída uma viatura caracterizada da Escola Segura, sendo a seu empenhamento sobretudo na área do agrupamento de escolas²³, originando uma maior visibilidade.

²³ Dados disponibilizados pelo Destacamento Territorial de Mangualde

Capítulo 5

Metodologia e procedimentos

Tendo por objetivo responder às perguntas de investigação e testar as hipóteses, recorreu-se ao inquérito como forma de interrogar um grupo de pessoas previamente definido (Ghiglione & Matalon, 2005). Foram realizados inquéritos por entrevista e por questionário, para efetuar uma “recolha sistemática de dados para responder a um determinado problema” (Carmo & Ferreira, 2008, p.139), uma vez que com estes procedimentos são consideradas as opiniões de terceiros sobre aquilo que se pretende investigar (Sarmiento, 2008), neste caso com questões que dizem respeito à vida das pessoas em comunidade.

5.1. Método e técnicas de investigação

O método de investigação utilizado para este trabalho consistiu fundamentalmente em questionários, com análises essencialmente descritivas. Entretanto, quando se demonstrou ser pertinente verificar a significância de uma tendência da amostra, foi utilizada a estatística inferencial através dos testes não paramétricos U de Mann-Whitney, para duas amostras independentes. O teste de Mann-Whitney compara o centro de localização das duas amostras, como forma de poder detetar diferenças entre duas populações correspondentes (Pestana & Gageiro, 2007), ou seja, este teste possibilita a verificação da igualdade de comportamentos entre dois grupos de casos.

De acordo com as especificidades do CLS de Mangualde e do seu tipo de criminalidade, foi construído um inquérito por questionário especificamente elaborado para este trabalho final, tendo-se seguido os procedimentos de construção de questionários delineados segundo as recomendações de Hill e Hill (2009), visando a recolha de opiniões de pessoas selecionadas em duas zonas distintas da área abrangida pelo CLS de Mangualde

– a zona industrial e a zona do agrupamento de escolas. Foram escolhidas estas zonas, pois, de acordo com as declarações do ministro Rui Pereira em 2011, o CLS de Mangualde tem algumas especificidades, designadamente a segurança da população escolar e a necessidade de constituir o parque industrial como um espaço mais seguro (SICNotícias, 04-03-2011).

A delimitação destas zonas teve como critério as subseções estatísticas dos Censos – Resultados provisórios – 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE), gentilmente disponibilizados pela Câmara Municipal de Mangualde, em que se consideraram dentro da área do CLS de Mangualde as subseções estatísticas que englobam o agrupamento de escolas e as que têm limites com estas, e na zona industrial as subseções da zona industrial de Salgueiros e da empresa PSA – Peugeot Citroen, bem como as suas envolventes.

Foi necessário efetuar uma recolha minuciosa de dados estatísticos oficiais no DTer de Mangualde relativamente à criminalidade participada, de acordo com a delimitação em zona do agrupamento de escolas e zona industrial.

Foram também realizadas entrevistas para se obter informação qualitativa de individualidades que estiveram diretamente relacionadas com a assinatura, e que estejam a participar no desenvolvimento do CLS de Mangualde, por forma a obterem-se informações complementares sobre o mesmo que não constavam da literatura.

5.1.1. Inquérito por questionário

Através do recurso a questionários, foram inquiridos os alunos, professores e funcionários do Agrupamento de Escolas de Mangualde e a população residente; os trabalhadores das empresas sediadas na zona industrial de Salgueiros em Mangualde e da empresa PSA – Peugeot Citroen, bem como a população envolvente. Com este questionário, pretendeu-se saber se esta população percebe mais segurança e se verifica um policiamento de proximidade mais efetivo, por parte dos militares da GNR.

Estando a problemática deste trabalho centrada na perceção de segurança da população, formularam-se perguntas nesse sentido. O questionário é composto por duas partes, os dados sociodemográficos e o registo de opiniões formulados tendo em conta os critérios de Hill e Hill (2009).

A temática exigiu que fossem elaboradas perguntas de acordo com o contexto dos sujeitos, pois os tipos de ilícitos verificados são diferentes. No registo de opiniões, todas as

questões são de resposta fechada, tendo sido utilizada a escala nominal de resposta "Sim ou Não" para três questões que, segundo Hill e Hill (2009, p.106), são “qualitativamente diferentes e mutuamente exclusivas.” As restantes são questões tipo Likert, com cinco respostas alternativas – "Discordo totalmente, Discordo, Nem discordo/ nem concordo, Concordo, Concordo totalmente" – o que se revela suficiente quando se solicita uma opinião, neste caso sobre a concordância com a pergunta, em que o sujeito responde a um só item para cada variável. (Hill & Hill, 2009) A última questão utiliza a mesma escala, apenas divergindo nas respostas alternativas, que são "Muito má, Má, Razoável, Boa, Muito boa" (ver apêndice D).

As perguntas realizadas são diretas e foram elaboradas especificamente para este estudo, tendo em conta o que está estipulado nos objetivos estratégicos do protocolo de celebração do CLS de Mangualde (MAI & Município de Mangualde, 2011).

Após a construção do questionário, procedeu-se à aplicação do mesmo a uma amostra de 30 elementos²⁴ em Mangualde, nos dias 19 e 26 de maio de 2012; este pré-teste teve como objetivo verificar a clareza do questionário e das suas perguntas, para incluir ou excluir alguma questão e detetar erros, a corrigir na elaboração final do mesmo. Este pré-teste permitiu detetar dificuldades na compreensão relativamente à especificação de comportamentos de risco e ilícitos mais comuns no agrupamento de escolas e áreas envolventes e na zona industrial. De modo, que se reformulou a questão acrescentando exemplos de ilícitos, que poderiam ser mais comuns nas duas zonas em estudo.

5.1.2. Inquérito por entrevista

A entrevista é composta por nove questões, visando responder a algumas das hipóteses levantadas no início da investigação, complementando assim ideias extraídas da pesquisa bibliográfica e confrontando-as com os resultados dos questionários. As questões são de âmbito geral, com exceção das três últimas, que são direcionadas em concreto para cada uma das áreas em estudo. A cada entrevistado foi entregue uma carta de apresentação que continha os objetivos propostos pelo trabalho e a indicação do fim a que a mesma se destinava (ver apêndice A).

²⁴ Residentes na área envolvente ao agrupamento de escolas e zona industrial, alunos e trabalhadores.

As entrevistas foram dirigidas segundo um guião previamente elaborado (ver apêndice B), sendo gravadas entre os dias 13 e 18 de junho e transcritas no seu todo, com exceção de duas, em que os entrevistados, no momento de responderem preferiram fazê-lo por escrito *a posteriori*; as ideias fundamentais das respostas integram os quadros sinopses dos apêndices do trabalho (ver apêndice C).

5.2. Seleção da amostra

Por vezes, torna-se inviável recolher e analisar dados de todo um universo, quer por escassez de tempo, quer por falta de recursos, sendo prática corrente que apenas se considere uma parte, ou seja, uma amostra desse universo (Almeida & Freire, 2003; Hill & Hill, 2009).

Neste sentido, de acordo com Almeida e Freire (2003), constituíram-se grupos aleatórios de sujeitos respeitando a sua frequência no universo populacional em diferentes categorias. A distribuição dos indivíduos na amostra foi equivalente à distribuição encontrada na população, tendo-se recorrido à amostragem aleatória simples em cada um dos grupos para determinar a amostra final, garantindo deste modo a representatividade de todos os grupos (Maroco, 2007).

O universo em estudo é constituído por 3599 pessoas, sendo 622 residentes²⁵ na área envolvente ao agrupamento de escolas e à zona industrial; 1242 alunos, a frequentar desde o sétimo até ao décimo segundo ano de escolaridade, e 416 professores e funcionários²⁶ do agrupamento de escolas; e 1319 trabalhadores na zona industrial de Salgueiros e na PSA – Peugeot Citroen²⁷.

A amostra total das pessoas que responderam ao questionário é de 554 sujeitos e corresponde no mínimo a 10% da população total de cada grupo. A amostra é composta por 172 residentes na área envolvente ao agrupamento de escolas e à zona industrial; 190 alunos, a frequentar desde o sétimo até ao décimo segundo ano de escolaridade, e por 60 professores e funcionários do agrupamento de escolas; e por 132 trabalhadores da zona industrial de Salgueiros e na PSA – Peugeot Citroen. A recolha de dados demográficos

²⁵ De acordo com os dados das subseções estatísticas dos Censos – Resultados provisórios – 2011 do INE, disponibilizados pela Câmara Municipal de Mangualde.

²⁶ Dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Mangualde.

²⁷ Dados disponibilizados pela Associação Empresarial de Mangualde e pela PSA – Peugeot Citroen Automóveis de Portugal SA.

desta amostra foi efetuada mediante um breve questionário elaborado para este trabalho (ver apêndice D), tendo como critério de exclusão, o facto de não saber ler nem escrever.

Quanto às entrevistas, as questões 1 e 2 serviram de critério de exclusão da amostra para validar a entrevista para este estudo, pois não seria pertinente referir pessoas que não conhecem o CLS de Mangualde, nem as razões da sua implementação. Neste sentido validaram-se cinco entrevistas, devido aos conhecimentos dos entrevistados neste âmbito, por terem tomado parte na elaboração do CLS e conseqüente desenvolvimento, e ainda devido à sua proximidade com estas áreas sensíveis. Neste sentido, foram entrevistados o Comandante (Cmdt) do Comando Territorial de Viseu, o Cmdt do DTer de Mangualde, o Cmdt do DTer de Mangualde em substituição²⁸, o Diretor do Agrupamento de Escolas de Mangualde e o Presidente da Câmara Municipal de Mangualde. Deste modo, foi analisada a forma como as respetivas entidades encaram o CLS de Mangualde, para a segurança da respetiva área e para o incremento da perceção de segurança na população.

5.3. Procedimentos de recolha de dados e de análise

Depois de elaborado o questionário final e antes da sua aplicação, requereu-se autorização ao Diretor do agrupamento de escolas, para inquirir os professores, funcionários e alunos. Requereu-se também autorização a empresas²⁹ da zona industrial para inquirir os seus trabalhadores.

O questionário final foi aplicado entre os dias 5 e 9 de junho de 2012, por administração direta, aos alunos dentro da sala de aula, sendo distribuído e recolhido no final. Aos professores e funcionários do agrupamento de escolas o questionário foi distribuído e recolhido em dias diferentes, entre 9 e 30 de junho do mesmo ano. Aos residentes³⁰ nas duas áreas em estudo e aos trabalhadores da zona industrial e da empresa PSA – Peugeot Citroen, foi distribuído e recolhido em dias diferentes, no período compreendido entre 5 e 30 de junho também do mesmo ano.

Todos os sujeitos desta amostra por questionário foram instruídos sobre os objetivos do estudo, tendo-se apresentado a todos as mesmas instruções claras sobre a garantia de

²⁸ Comandante de Destacamento, em substituição (de 01 de novembro de 2011 a 1 de junho de 2012), atualmente Adjunto do Comandante do Destacamento.

²⁹ PSA – Peugeot Citroen Automóveis de Portugal SA, Gruman – Gruas de Mangualde Lda e HR Protecção SA.

³⁰ A entrega e recolha do questionário foi feita porta a porta e ocorreu a partir das 19 horas (visto as pessoas estarem a trabalhar antes dessa hora) até às 21 hora (altura em que havia pessoas a deitar os filhos).

confidencialidade e realçando-se que seria fundamental uma opinião sincera (ver apêndice D); houve ainda o cuidado de os informar quanto à não existência de respostas certas ou erradas, sendo o único fator de avaliação a sinceridade.

Os dados oriundos desta aplicação de questionários serão analisados de forma descritiva na apresentação dos resultados. Para efetuar a análise estatística dos questionários, foram elaboradas base de dados no *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) v17.0.

Relativamente às entrevistas, a análise das respostas dada pelos entrevistados foi realizada com recurso à elaboração de quadros sinopses, que “são sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados” (Guerra, 2012, p.73) e fazem parte do Apêndice C, onde são apresentadas as respostas e a argumentação respetiva, através das ideias mais importantes de cada entrevistado para cada uma das perguntas.

Capítulo 6

Apresentação, análise e discussão de resultados

Obtidos os dados com o recurso aos instrumentos utilizados, apresentam-se os resultados das entrevistas e, seguidamente, dos questionários, para a subjacente análise e discussão dos resultados, como forma de testar as hipóteses levantadas no início da investigação. Deste modo, serão apresentados os principais resultados obtidos neste estudo empírico, cujos objetivos e questões de investigação foram detalhadamente delineados no primeiro capítulo.

6.1. Apresentação dos resultados das entrevistas

Neste novo ponto, apenas serão apresentados algumas opiniões relevantes e complementares à revisão de literatura para este estudo empírico, sendo os detalhes das entrevistas remetidos para o Apêndice C.

Relativamente à questão n.º 1. - **“É conhecedor da existência do CLS de Mangualde?”**, através do quadro n.º 1 do apêndice C, pode-se verificar que os cinco entrevistados são conhecedores deste contrato, ou porque foram “parte envolvida na sua elaboração, nomeadamente, na caracterização dos problemas existentes na área territorial que superintende” (Entrevistado 2), ou porque dele tiveram conhecimento através dos órgãos de comunicação social (Entrevistado 4).

Em relação à questão n.º 2. - **“Conhece em que consiste e quais as razões para a sua implementação?”**, a maioria (4 em 5) dos entrevistados, de acordo com o quadro n.º 2 do apêndice C, tem este conhecimento, referindo-se ao CLS como um instrumento de cooperação institucional. De acordo com os entrevistados 2 e 3, ele serve para prevenir e reagir a fenómenos de criminalidade e insegurança na comunidade, possibilitando o direcionamento de meios para zonas de maior risco da ocorrência de ilícitos criminais e fenómenos de insegurança. O entrevistado 5 acrescenta que este contrato “procura

materializar o princípio da articulação de esforços, envolvendo a GNR, a autarquia, o Agrupamento Escolar, as empresas e a sociedade em geral”.

Quanto à questão n.º 3. - **“Sabe que tipo de intervenção tem a GNR no CLS de Mangualde?”**, o entrevistado 4 é perentório ao referir que não sabe; no entanto, todos os restantes entrevistados apresentam outra perspetiva, realçando a intervenção da GNR, de acordo com o quadro n.º 3 do apêndice C. Os entrevistados 2 e 3 realçam que a Guarda é o elemento fundamental para se atingirem os objetivos do CLS, intervindo junto das escolas, na zona industrial e executando o policiamento de proximidade.

Na questão n.º 4. - **“No âmbito das funções que desempenha, tem responsabilidade no cumprimento dos objetivos do CLS de Mangualde?”**, de acordo com o quadro n.º 4 do apêndice C, quanto à função que desempenha ou desempenhou, quatro dos entrevistados assumem responsabilidades no desenvolvimento do CLS. Para os entrevistados 2 e 3, essas responsabilidades passam por estudar os fenómenos de insegurança e direcionar os meios para a sua prevenção, promover estudos e levá-los às reuniões parcelares com outras entidades neste âmbito. O entrevistado 5 assume “a responsabilidade de monitorizar o trabalho desenvolvido pelos serviços técnicos da autarquia e fomentar a articulação e diálogo entre as várias entidades envolvidas no CLS”.

Quanto à questão n.º 5. - **“Qual a perceção que tem do trabalho de proximidade entre a GNR e a população?”**, como se pode verificar no quadro n.º 5 do apêndice C, apenas um entrevistado refere que a GNR não pratica a proximidade com a população, sendo que todos os outros partilham uma opinião diferente. O entrevistado 1, em relação à proximidade, afirma que “a Guarda sempre foi uma polícia próxima do cidadão”. O entrevistado 3 refere que existe um contato contante da GNR com a população e desta com a GNR. O entrevistado 2 salienta o facto de a comunidade fornecer “informações e apoio importante para debelar os fenómenos que vão ocorrendo.”

Em relação à questão n.º 6. - **“Que mudanças mais significativas se verificaram, a nível social, após a implementação deste Contrato?”**, tendo como referência o quadro n.º 6 do apêndice C, verifica-se que um entrevistado não sabe responder, por não se ter apercebido de nada, dois dos entrevistados referem não haver comparação e que não se pode fazer essa avaliação, porque o contrato ainda está em fase de implementação. Os outros dois entrevistados salientam que, apesar disto, existiu uma maior presença da GNR, com os meios existentes, pois ainda não receberam os novos meios que estava acordado verbalmente com o Município. A este propósito, o entrevistado 2 refere que se notou uma maior presença da GNR junto dos estabelecimentos de ensino e na zona industrial, e

afirmando o entrevistado 3 que “foram redirecionados meios humanos e materiais para novos locais, que no âmbito do CLS foram tidos como mais sensíveis e problemáticos”.

Sobre a questão n.º 7. - **“Em relação ao agrupamento de escolas e áreas envolventes, que medidas foram tomadas com o objetivo de prevenir ou erradicar comportamentos de risco e ilícitos, como o *bullying*, a venda e o consumo de drogas ou atos de violência entre alunos, e quais os meios utilizados?”**, o entrevistado 1 refere que não foram avançadas medidas próprias. Contudo, os outros entrevistados afirmam ter havido uma maior presença, interação e policiamento da GNR, como se pode verificar no quadro n.º 7 do apêndice C. O entrevistado 4 refere: “não temos nenhum caso de *bullying* e violência entre os alunos também não. O problema que nós temos, são as toxicodependências” e acrescenta que existiu uma colaboração da GNR “na fiscalização aos cafés na proximidade, onde temos a sensação de que pode haver algum tráfico de droga”. No âmbito do CLS de Mangualde foram adotadas novas medidas, como o aumento das campanhas de sensibilização, com diversos temas, como *bullying* e ações de identificação de estupefacientes e seus sintomas e maior interação com os professores e diretor das escolas (entrevistado 3). O entrevistado 3 menciona que não existem registos de contra ordenações por posse e consumo de drogas e o entrevistado 2 refere a não existência grupos organizados de jovens delinquentes e que tem sido feito um esforço para os evitar.

Relativamente à questão n.º 8. - **“Que procedimentos foram tomados para fomentar o civismo e a cidadania na comunidade escolar?”**, de acordo com o quadro n.º 8 do apêndice C, verifica-se que dois dos entrevistados referem não haver medidas concretas, por o contrato não estar implementado na sua plenitude; os restantes três entrevistados afirmam ter havido mais ações e campanhas de sensibilização no agrupamento de escolas; o entrevistado 4 afirma ainda que os “professores trabalham no sentido de fomentar comportamentos cívicos e responsáveis” e que essa prática “faz parte do programa educativo”.

Finalizando a entrevista, é perguntado aos entrevistados, na questão n.º 9. - **“Em relação à zona industrial e áreas envolventes, que medidas foram tomadas com o objetivo de tornar estes espaços mais seguros e de reduzir os ilícitos, como o furto de veículos, furto em veículos (gasóleo, baterias) e furto em edifícios comerciais, e quais os meios utilizados?”**, como se pode verificar no quadro n.º 9 do apêndice C, esta questão não se aplica ao entrevistado 4. O entrevistado 3 refere que foi direcionado o patrulhamento de proximidade para essa área, “dentro dos horários mais propícios à ocorrência dos ilícitos criminais (...) como, por exemplo, o furto de veículos e em

veículos, o furto de estabelecimentos ou, simplesmente, o crime de dano” (entrevistado 2). O entrevistado 5 refere que “está em fase de concretização um protocolo entre a Associação Empresarial de Mangualde, a GNR e uma empresa de segurança e alarmes, para montar um sistema de vigilância e alertas”.

6.2. Apresentação dos resultados dos questionários

O objetivo global deste novo ponto será o de apresentar os resultados, com base nas hipóteses de investigação. Deste modo, serão expostos os principais resultados obtidos neste estudo empírico.

6.2.1. Caracterização da área em estudo

O objeto de estudo deste trabalho foi delineado no ano anterior (2011), no projeto de trabalho de investigação aplicada. Acabado de assinar o CLS de Mangualde em 4 de março de 2011, parecia pertinente avaliar em que medida o mesmo teria beneficiado em termos de perceção de segurança a população de Mangualde no espaço de um ano. Verificou-se na prática que um ano após a sua assinatura, ele ainda não se encontra devidamente implementado, conforme se pode verificar por declarações dos entrevistados. No entanto, interessava verificar se as medidas tomadas por alguns dos intervenientes no CLS tinham ou não proporcionado uma perceção positiva de segurança.

A cidade de Mangualde não tem as características de Lisboa ou Porto; como tal, interessa caracterizar detalhadamente os Indicadores Urbanos de Mangualde. A publicação *Indicadores Urbanos do Continente* identifica no país as zonas urbanas e rurais existentes, apresentando essa classificação através da Tipologia de Áreas Urbanas (TAU) em três níveis: Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Medianamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR). O Município de Mangualde tem uma área aproximada de 219,3 Km², pertence ao Distrito de Viseu e tem 18 freguesias; respeitante à TAU a freguesia de Mangualde é classificada como APU, tendo apenas 2 freguesias classificadas em AMU e estando em APR as restantes quinze freguesias (Instituto Nacional de Estatística [INE], 1999).

No âmbito geográfico, o CLS de Mangualde intervém na “zona envolvente ao futuro Centro Escolar n.º 1 de Mangualde, casco urbano de Mangualde, Zonas Industriais nomeadamente os principais centros de produção e principais equipamentos públicos” (MAI & Município de Mangualde, 2011, p.3).

O município de Mangualde tem 19880 residentes, tendo o CLS abrangido apenas a freguesia de Mangualde, com 9389 residentes, sendo que 4532 são homens e 4857 são mulheres (INE, 2011).

6.2.2. Apresentação de resultados

A amostra deste estudo foi constituída por 554 sujeitos oriundos de duas zonas distintas: zona do agrupamento de escolas e zona industrial. A média de idades desta amostra ronda os 32 anos (d.p.18,58).

Tabela n.º 1 – Dados sociodemográficos da amostra

	Frequência	Percentagem (%)
Género		
Masculino	286	51,6
Feminino	268	48,4
Faixa etária		
12-19 anos	212	38,3
20-29 anos	58	10,4
30-39 anos	110	19,9
40-49 anos	80	14,4
50-59 anos	62	11,2
60 ou mais anos	32	5,8
Habilitações literárias		
Ensino básico ou profissional	222	40,2
Ensino secundário ou profissional	203	36,6
Bacharelato ou Licenciatura	117	21,1
Mestrado ou Doutoramento	12	2,1
Zona		
Zona do agrupamento de escolas	332	59,9
Zona industrial	222	40,1
Área geográfica (Situação atual)		
Residente na área envolvente ao agrupamento de escolas	82	14,8
Residente na área envolvente à zona industrial	90	16,2
Trabalhador nas empresas da zona industrial	132	23,9
Professor no agrupamento de escolas	34	6,1
Funcionário no agrupamento de escolas	26	4,7
Aluno no agrupamento de escolas	190	34,3
Totais	554	100,0

Relativamente à caracterização sociodemográfica desta amostra, pode-se constatar na Tabela n.º 1 que se procurou uma maior diversidade na mesma. Assim, relativamente ao género, 286 sujeitos (51,6%) são masculinos e 268 (48,4%) são femininos.

Em relação à idade, 212 elementos da amostra (38,3%) têm idades compreendidas entre os 12 e 19 anos, 58 sujeitos (10,4%) entre os 20 e 29 anos, 110 sujeitos (19,9%) entre os 30 e 39 anos, 80 sujeitos (14,4%) entre os 40 e 49 anos, 62 sujeitos (11,2%) entre os 50 e 59 anos, e por último, 32 sujeitos (5,8%) com 60 ou mais anos.

No que diz respeito à escolaridade, possuem o Ensino Básico ou Profissional 222 sujeitos (40,2%), Ensino Secundário ou Profissional 203 sujeitos (36,6%), Bacharelato ou Licenciatura 117 sujeitos (21,1%), Mestrado ou Doutoramento 12 sujeitos (2,1%).

Dividindo a amostra por zonas, 332 sujeitos (59,9%) são referentes à zona do agrupamento de escolas e 222 sujeitos (40,1%) à zona industrial.

Quanto à área geográfica, 82 sujeitos (14,8%) residem na área envolvente ao agrupamento de escolas, 90 sujeitos (16,2%) residem na área envolvente à zona industrial, 132 sujeitos (23,9%) são trabalhadores nas empresas da zona industrial, 34 sujeitos (6,1%) são professores no agrupamento de escolas, 26 sujeitos (4,7%) são funcionários no agrupamento de escolas e 190 sujeitos (34,3%) são alunos do agrupamento de escolas.

Na tabela n.º 2, podem ser observados os resultados relativos às questões 1 e 9, pretendendo responder à hipótese 1.

Tabela n.º 2 – Resultados das questões 1 e 9

Resultados da questão 1		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
Média	3,37	Discordo totalmente	14	2,5
Moda	4	Discordo	73	13,2
Desvio- Padrão	0,854	Nem discordo/ nem concordo	184	33,2
		Concordo	261	47,1
		Concordo totalmente	22	4,0
Total		554	100,0	
Resultados da questão 9		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
Média	3,23	Muito má	18	3,2
Moda	3	Má	59	10,7
Desvio- Padrão	0,822	Razoável	276	49,8
		Boa	177	32,0
		Muito boa	24	4,3
Total		554	100,0	

Na questão **1.** - **“Está satisfeito(a) com a segurança na cidade de Mangualde?”**, observa-se na tabela que a moda foi de 4, o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Concordo, pois 261 dos 554 indivíduos (47,1%) optaram por essa resposta. No entanto, 15,7% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo), 33,2% nem discordam, nem concordam e 51,1% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente), sendo assim a média para esta pergunta de 3,37 (d.p.0,854).

Para verificar a significância destes dados, procedeu-se a aplicação do teste de Kolmogorov-Smirnov. Este teste permite analisar se há uma distribuição normal de uma determinada variável comparando as frequências relativas acumuladas observadas com as frequências relativas acumuladas esperadas (Pestana & Gageiro, 2007), permitindo verificar se numa amostra (*One Sample*) as pontuações estão normalmente distribuídas. Este teste vem demonstrar que a distribuição não é normal, o que significa que esta amostra tendeu a responder de modo significativamente superior que estava satisfeita com a segurança de Mangualde (K-S=6,619; $p < 0,001$).

Relativamente à questão **9.** - **“No geral, como avalia a segurança na cidade de Mangualde?”**, constata-se na mesma tabela que a moda foi de 3 e a média de 3,23 (d.p.0,822), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Razoável, pois 276 dos 554 indivíduos (49,8%) optaram por essa resposta. Contudo, 13,9% desta amostra não tem uma boa perceção de segurança, tendo respondido Muito Má ou Má. Já 36,3% consideram que a segurança em Mangualde é Boa ou Muito Boa. Assim, 86,1% dos sujeitos respondeu que avaliava a segurança de modo positivo (ou Razoável, ou Boa ou Muito Boa).

Para verificar a significância destes dados, procedeu-se a aplicação do teste de Kolmogorov-Smirnov, tendo-se demonstrado que a distribuição não é normal, o que significa que esta amostra tendeu a responder de modo significativamente superior que avaliava de modo positivo a segurança de Mangualde (K-S=5,874; $p < 0,001$).

De acordo com a tabela n.º 3, podem ser observados os resultados às questões 2, 3 e 4, que pretendiam responder à hipótese 2.

Relativamente à questão **2.** - **“Tem conhecimento da assinatura do Contrato Local de Segurança de Mangualde, em 4 de março de 2011?”**, observa-se na tabela n.º 3 que 516 indivíduos (93,1%) responderam Não e 38 dos 554 indivíduos (6,9%) responderam Sim, verificando-se que a maioria dos sujeitos desconhece a sua existência.

Tabela n.º 3 – Resultados das questões 2, 3 e 4

Resultados da questão 2		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
	Não	516	93,1	93,1
	Sim	38	6,9	100,0
	Total	554	100,0	
Resultados da questão 3		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
	Discordo totalmente	3	7,9	7,9
Média	3,26	Discordo	5	13,2
Moda	4	Nem discordo/ nem concordo	9	23,6
Desvio- Padrão	0,978	Concordo	21	55,3
		Concordo totalmente	0	0,0
	Total	38	100,0	
Resultados da questão 4		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
	Discordo totalmente	14	2,7	2,7
Média	3,21	Discordo	71	13,8
Moda	3	Nem discordo/ nem concordo	241	46,7
Desvio- Padrão	0,822	Concordo	172	33,3
		Concordo totalmente	18	3,5
	Total	516	100,0	

Neste sentido, só responderam 38 indivíduos à questão 3. - **“Considera que existiu uma evolução da segurança em Mangualde no último ano, desde a assinatura do Contrato Local de Segurança de Mangualde?”**, de acordo com a tabela anterior, constata-se que a moda foi de 4, o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Concordo, pois 21 dos 38 indivíduos (55,3%) optaram por essa resposta. Porém, 21,1% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 23,6% nem discordam, nem concordam, sendo a média de 3,26 (d.p.0,978). Verificou-se que 21 dos 38 indivíduos que afirmam conhecer o contrato consideram que existiu uma evolução positiva da segurança desde a assinatura do CLS.

Foram 516 indivíduos a responder à questão 4. - **“Mesmo sem ter conhecimento da assinatura do Contrato Local de Segurança de Mangualde, considera que houve uma melhoria na segurança, nesta cidade, no último ano?”**, verificando-se na mesma tabela uma tendência diferente, em que a moda foi de 3 e a média de 3,21 (d.p.0,822), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 241 dos 516 indivíduos (46,7%) optaram por essa resposta. Todavia, 16,5% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 36,8% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente). Verifica-se que

241 dos 516 indivíduos que desconhecem o contrato preferiram não opinar sobre uma possível evolução positiva da segurança desde a assinatura do CLS.

Constatam-se, na tabela n.º 4, os resultados das questões 5.1 e 5.3, pretendendo responder à hipótese 3.

Tabela n.º 4 – Resultados das questões 5.1 e 5.3

Resultados da questão 5.1		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
Média Moda Desvio- Padrão	3,11 3 0,889	Discordo totalmente	13	3,9	3,9
		Discordo	68	20,5	24,4
		Nem discordo/ nem concordo	130	39,2	63,6
		Concordo	113	34,0	97,6
		Concordo totalmente	8	2,4	100,0
Total		332	100,0		
Resultados da questão 5.3		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
Média Moda Desvio- Padrão	2,95 3 0,898	Discordo totalmente	18	5,4	5,4
		Discordo	83	25,0	30,4
		Nem discordo/ nem concordo	136	41,0	71,4
		Concordo	89	26,8	98,2
		Concordo totalmente	6	1,8	100,0
Total		332	100,0		

Relativamente à questão **5.1.** - **“Considera ter existido uma redução de comportamentos de risco ou de ilícitos, como a venda e o consumo de drogas ou atos de violência entre alunos, no interior do agrupamento de escolas?”**, observa-se na tabela que a moda foi de 3 e a média de 3,11 (d.p.0,889), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 130 dos 332 indivíduos (39,2%) optaram por essa resposta. Ainda assim, 24,4% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 36,4% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente).

Na questão **5.3.** - **“Considera ter existido uma redução de comportamentos de risco ou de ilícitos, como a venda e o consumo de drogas ou atos de violência entre alunos, no exterior do agrupamento de escolas?”**, constata-se na mesma tabela que a moda foi de 3 e a média de 2,95 (d.p.0,898), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 136 dos 332 indivíduos (41%) optaram por essa resposta. Não obstante, 30,4% desta amostra discordam de alguma forma

(Discordo Totalmente e Discordo) e 28,6% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente).

Em conformidade com a tabela n.º 5, podem ser observados os resultados das questões 5.2 e 5.4, que pretendiam responder à hipótese 4.

Tabela n.º 5 – Resultados das questões 5.2 e 5.4

Resultados da questão 5.2		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
Média Moda Desvio- Padrão	3,21 3 0,824	Discordo totalmente	7	2,1	2,1
		Discordo	54	16,3	18,4
		Nem discordo/ nem concordo	144	43,3	61,7
		Concordo	117	35,3	97,0
		Concordo totalmente	10	3,0	100,0
Total		332	100,0		
Resultados da questão 5.4		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
Média Moda Desvio- Padrão	3,13 3 0,801	Discordo totalmente	8	2,4	2,4
		Discordo	63	19,0	21,4
		Nem discordo/ nem concordo	138	41,6	63,0
		Concordo	123	37,0	100,0
		Concordo totalmente	0	0,0	
Total		332	100,0		

Na questão 5.2. - **“O interior do agrupamento de escolas tornou-se num espaço com mais segurança?”**, verifica-se na tabela anterior que a moda foi de 3 e a média de 3,21 (d.p.0,824), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 144 dos 332 indivíduos (43,3%) optaram por essa resposta. No entanto, 18,4% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 38,3% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente).

Relativamente à questão 5.4. - **“O exterior do agrupamento de escolas tornou-se num espaço com mais segurança?”**, observa-se na mesma tabela que a moda foi de 3 e a média de 3,13 (d.p.0,801), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 138 dos 332 indivíduos (41,6%) optaram por essa resposta. Contudo, 21,4% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 37% concordam com esta questão.

De acordo com a tabela n.º 6, podem ser observados os resultados da questão 5.5, que pretende responder à hipótese 5.

Tabela n.º 6 – Resultados da questão 5.5

Resultados da questão 5.5		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
Média Moda Desvio- Padrão	3,16 4 0,846	Discordo totalmente	8	3,6	3,6
		Discordo	39	17,6	21,2
		Nem discordo/ nem concordo	85	38,3	59,5
		Concordo	89	40,0	99,5
		Concordo totalmente	1	0,5	100,0
Total		222	100,0		

Quanto à questão 5.5. - **“Tem-se verificado uma redução de ilícitos, como o furto de veículos, furto em veículos (gasóleo, baterias) e furto em edifícios comerciais na zona industrial e áreas envolventes?”**, de acordo com a tabela anterior verifica-se que a moda foi de 4, o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Concordo, pois 89 dos 222 indivíduos (40%) optaram por essa resposta. Todavia, 21,2% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo), 38,3% nem discordam, nem concordam e 40,5% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente), sendo a média de 3,16 (d.p.0,846).

Na tabela n.º 7, podem ser observados os resultados da questão 5.6 que pretendiam responder à hipótese 6.

Tabela n.º 7 – Resultados da questão 5.6

Resultados da questão 5.6		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
Média Moda Desvio- Padrão	3,12 3 0,895	Discordo totalmente	10	4,5	4,5
		Discordo	43	19,4	23,9
		Nem discordo/ nem concordo	84	37,8	61,7
		Concordo	81	36,5	98,2
		Concordo totalmente	4	1,8	100,0
Total		222	100,0		

Relativamente à questão 5.6. - **“A zona industrial e áreas envolventes tornaram-se num espaço com mais segurança?”**, verifica-se na tabela anterior que a moda foi de 3

e a média de 3,12 (d.p.0,895), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 84 dos 222 indivíduos (37,8%) optaram por essa resposta. Porém, 23,9% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 38,3% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente) com esta questão.

Em concordância com a tabela n.º 8, podem ser observados os resultados da questão 6.1, que pretendiam responder à hipótese 7.

Tabela n.º 8 – Resultados da questão 6.1

Zona do agrupamento de escolas		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
Média	3,41	Discordo totalmente	5	1,5
Moda	4	Discordo	47	14,2
Desvio- Padrão	0,859	Nem discordo/ nem concordo	108	32,5
		Concordo	152	45,8
		Concordo totalmente	20	6,0
Total		332	100,0	
Zona industrial		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
Média	3,00	Discordo totalmente	18	8,1
Moda	3	Discordo	50	22,5
Desvio- Padrão	1,013	Nem discordo/ nem concordo	76	34,3
		Concordo	69	31,0
		Concordo totalmente	9	4,1
Total		222	100,0	

Relativamente à questão 6.1. - **“Existiu uma maior interação, um maior contacto dos militares da GNR com a população?”**, através da tabela anterior observa-se que na zona do agrupamento de escolas, a moda foi de 4, o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Concordo, pois 152 dos 332 indivíduos (45,8%) optaram por essa resposta. Ainda assim, 15,7% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 32,5% nem discordam, nem concordam e 51,8% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente) com esta questão, sendo a média de 3,41 (d.p.0,859).

Em relação à zona industrial, verifica-se na mesma tabela que esta amostra apresenta tendência diferente em relação à anterior, em que a moda foi de 3 e a média de 3,00 (d.p.1,013), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 76 dos 222 indivíduos (34,3%) optaram por essa resposta.

Contudo, 30,6% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 35,1% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente) com esta questão.

Constatando-se a existência de diferenças de médias entre a zona do agrupamento de escolas e a zona industrial pareceu pertinente verificar se essas diferenças eram estatisticamente significativas (estatística inferencial), procedendo-se à análise dos dados através do Teste U de Mann-Whitney que consiste em verificar se os valores de um dado grupo são sempre superiores aos do outro grupo; se assim for, as diferenças são altamente significativas (Field, 2006). Aplicou-se o teste referido para uma variável contínua e uma variável categórica dicotômica (zona do agrupamento de escolas e zona industrial).

Os pressupostos do Teste de U de Mann-Whitney para duas amostras independentes são de que essas amostras são aleatorizadas e são equivalentes em termos do número de sujeitos (Statistical Package for the Social Sciences [SPSS], 2006; Alves, 2006). Como tal, procedeu-se a uma aleatorização dos sujeitos através do SPSS, equilibrando também as amostras em termos de género. As amostras foram constituídas por 96 sujeitos cada (zona industrial – 96 homens, zona industrial – 96 mulheres, zona do agrupamento de escolas – 96 homens e zona do agrupamento de escolas – 96 mulheres), tendo assim 192 sujeitos para a zona industrial e 192 sujeitos para a zona do agrupamento de escolas.

O nível de significância do teste U de Mann-Whitney revelou que esta questão tem um nível de significância alto, o que permite afirmar que neste estudo empírico os sujeitos da zona do agrupamento de escolas percecionaram uma maior interação dos militares da GNR relativamente aos da zona industrial ($U=14791,5$; $p<0,001$).

Na tabela n.º 9, podem ser observados os resultados das questões 6.2, 7.1.1, 7.1.2 e 7.3; e na tabela n.º 10, podem ser observados os resultados das questões 6.3, 7.2.1, 7.2.2 e 7.4, que pretendiam responder à hipótese 8.

Relativamente à questão **6.2. - “No exterior do agrupamento de escolas, existiu um reforço de policiamento, visível numa maior presença de militares da GNR?”**, observa-se na tabela n.º 9 que na zona do agrupamento de escolas a moda foi de 4 e a média de 3,57 (d.p.0,899), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Concordo, pois 182 dos 332 indivíduos (54,9%) optaram por essa resposta. Não obstante, 15,4% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo), 20,1% nem discordam, nem concordam com esta questão e 64,5% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente).

Tabela n.º 9 – Resultados das questões 6.2, 7.1.1, 7.1.2 e 7.3

Resultados da questão 6.2		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
Média	3,57	Discordo totalmente	5	1,5	1,5
Moda	4	Discordo	46	13,9	15,4
Desvio-Padrão	0,899	Nem discordo/ nem concordo	67	20,1	35,5
		Concordo	182	54,9	90,4
		Concordo totalmente	32	9,6	100,0
Total		332	100,0		
Resultados da questão 7.1.1		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
Média	3,51	Discordo totalmente	2	0,6	0,6
Moda	4	Discordo	30	9,0	9,6
Desvio-Padrão	0,743	Nem discordo/ nem concordo	111	33,5	43,1
		Concordo	175	52,7	95,8
		Concordo totalmente	14	4,2	100,0
Total		332	100,0		
Resultados da questão 7.1.2		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
Média	3,35	Discordo totalmente	2	0,6	0,6
Moda	4	Discordo	39	11,7	12,3
Desvio-Padrão	0,736	Nem discordo/ nem concordo	140	42,2	54,5
		Concordo	144	43,4	97,9
		Concordo totalmente	7	2,1	100,0
Total		332	100,0		
Resultados da questão 7.3		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)	
		Não	148	44,6	44,6
		Sim	184	55,4	100,0
Total		332	100,0		

Na questão **7.1.1.** pretende-se verificar se existiu no exterior ao agrupamento de escolas, uma maior utilização pela GNR: **“De recursos materiais, como o caso de viaturas?”**, de acordo com tabela anterior observa-se que a moda foi de 4 e a média de 3,51 (d.p.0,743), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Concordo, pois 175 dos 332 indivíduos (52,7%) optaram por essa resposta. Porém, 9,6% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo e Discordo Totalmente) e 33,5% nem discordam, nem concordam com esta questão e 56,9% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente) com esta questão.

No seguimento da pergunta anterior, agora na questão **7.1.2. - “E de recursos humanos?”**, observa-se na mesma tabela que na zona do agrupamento de escolas a moda foi de 4, o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Concordo, pois 144 dos 332 dos indivíduos (43,4%) optaram por essa resposta. No entanto, 12,3% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo), 42,2% nem

discordam, nem concordam com esta questão e 45,5% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente), sendo a média de 3,35 (d.p.0,736).

Relativamente à questão 7.3. - “Existiu uma utilização de novos recursos materiais (viaturas) no exterior do agrupamento de escolas?”, verifica-se na mesma tabela que na zona do agrupamento de escolas, que 148 indivíduos (44,6%) desta amostra responderam Não e que 184 dos 332 dos indivíduos (55,4%) responderam Sim.

De seguida na tabela n.º 10 apresentam-se os resultados relativos à zona industrial:

Tabela n.º 10 – Resultados das questões 6.3, 7.2.1, 7.2.2 e 7.4

Resultados da questão 6.3		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
Média	2,88	Discordo totalmente	19	8,6
Moda	4	Discordo	63	28,3
Desvio-Padrão	0,974	Nem discordo/ nem concordo	66	29,8
		Concordo	74	33,3
		Concordo totalmente	0	0,0
Total		222	100,0	
Resultados da questão 7.2.1		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
Média	2,93	Discordo totalmente	12	5,4
Moda	3	Discordo	60	27,0
Desvio-Padrão	0,897	Nem discordo/ nem concordo	82	37,0
		Concordo	67	30,1
		Concordo totalmente	1	0,5
Total		222	100,0	
Resultados da questão 7.2.2		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
Média	2,90	Discordo totalmente	12	5,4
Moda	3	Discordo	61	27,5
Desvio-Padrão	0,882	Nem discordo/ nem concordo	87	39,1
		Concordo	61	27,5
		Concordo totalmente	1	0,5
Total		222	100,0	
Resultados da questão 7.4		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
		Não	169	76,1
		Sim	53	23,9
Total		222	100,0	

Na questão 6.3. - “Na zona industrial e áreas envolventes existiu um reforço de policiamento, visível numa maior presença de militares da GNR?”, verifica-se na tabela anterior que na zona industrial a moda foi de 4, o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Concordo, pois 74 dos 222 indivíduos (33,3%) optaram por

essa resposta. Contudo, 36,9% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 29,8% nem discordam, nem concordam, sendo a média de 2,88 (d.p.0,974).

Quanto à questão **7.2.1.** pretende-se verificar se existiu na zona industrial e áreas envolventes, uma maior utilização pela GNR: **“De recursos materiais, como o caso de viaturas?”**, de acordo com a mesma tabela, observa-se que a moda foi de 3 e a média de 2,93 (d.p.0,897), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 82 dos 222 indivíduos (37%) optaram por essa resposta. Todavia, 32,4% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 30,6% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente).

Na sequência da pergunta **7.2.1.**, pretende-se verificar agora na questão **7.2.2. - “E de recursos humanos?”**, observando-se na mesma tabela que a moda foi de 3 e a média de 2,90 (d.p.0,882), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 87 dos 222 indivíduos (39,1%) optaram por essa resposta. No entanto, 32,9% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 28% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente).

Na questão **7.4. - “Existiu uma utilização de novos recursos materiais (viaturas) na zona industrial e áreas envolventes?”**, observa-se na mesma tabela que na zona industrial, que 169 indivíduos (76,1%) responderam Não e que 53 dos 222 indivíduos (23,9%) responderam Sim.

Constatando-se a existência de diferenças de médias entre a zona do agrupamento de escolas e a zona industrial, tentou-se verificar se essas diferenças eram estatisticamente significativas (estatística inferencial), neste sentido, recorreu-se à análise dos dados através do Teste U de Mann-Whitney, como referido anteriormente. Como tal, procedeu-se a uma aleatorização dos sujeitos através do SPSS, equilibrando também as amostras em termos de género. As amostras ficaram constituídas por 96 sujeitos cada (zona industrial – 96 homens, zona industrial – 96 mulheres, zona do agrupamento de escolas – 96 homens e zona do agrupamento de escolas – 96 mulheres), tendo assim 192 sujeitos para a zona industrial e 192 sujeitos para a zona do agrupamento de escolas.

O nível de significância do teste U de Mann-Whitney revelou que, comparando estas questões, elas têm um nível de significância alto. O resultado ($U=11377$; $p<0,001$) para as questões 6.2. e 6.3. permite afirmar que, em termos de probabilidade, se pode esperar na zona do agrupamento de escolas uma maior perceção de reforço de policiamento pelos militares da GNR relativamente aos da zona industrial. O resultado

($U=12132,5$; $p<0,001$) da 7.1.1. e da 7.2.1. permite afirmar que, em termos de probabilidade, se pode esperar na zona do agrupamento de escolas uma maior perceção de utilização de viaturas pelos militares da GNR relativamente aos da zona industrial. E finalmente, o resultado ($U=14012$; $p<0,001$) da 7.1.2. e da 7.2.2., o que permite afirmar que, em termos de probabilidade, se pode esperar na zona do agrupamento de escolas uma maior perceção de utilização de recursos humanos da GNR relativamente aos da zona industrial.

Na tabela n.º 11, podem ser observados os resultados da questão 8, que pretendiam responder a hipótese 9.

Tabela n.º 11 – Resultados da questão 8

Resultados da questão 8		Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa (%)
		Discordo totalmente	20	3,6
Média	3,19	Discordo	88	15,9
Moda	3	Nem discordo/ nem concordo	225	40,6
Desvio- Padrão	0,864	Concordo	206	37,2
		Concordo totalmente	15	2,7
		Total	554	100,0

Quanto à questão 8. - “**Na sua opinião, verificou-se uma redução de criminalidade e de violência juvenil?**”, através da tabela anterior observa-se que nas duas zonas em estudo a moda foi de 3 e a média de 3,19 (d.p.0,864), o que corresponde a uma tendência desta amostra em responder Nem Discordo, Nem Concordo, pois 225 dos 554 indivíduos (40,6%) optaram por essa resposta. Porém, 19,5% desta amostra discordam de alguma forma (Discordo Totalmente e Discordo) e 39,9% concordam de alguma forma (Concordo e Concordo Totalmente) com esta questão.

6.3. Análise e discussão de resultados

No início do trabalho, formularam-se hipóteses que direcionaram a pesquisa e a elaboração do trabalho de campo. Relativamente às entrevistas, efetuadas para complementar a informação da literatura relativamente ao CLS de Mangualde e ao seu funcionamento, apenas se vai fazer a análise e a discussão dos resultados fundamentais

para, em conjunto com a literatura existente e confrontando com os resultados dos questionários, testar as hipóteses e responder às perguntas de investigação.

Em 4 de março de 2011 foi assinado o CLS de Mangualde, tendo sido estabelecidos objetivos estratégicos que se proponham ser atingidos, em especial na zona do agrupamento de escolas e na zona industrial; este CLS tem algumas especificidades, designadamente a segurança da população escolar e a necessidade de se constituir o parque industrial como um espaço mais seguro (SICNotícias, 04-03-2011).

Neste sentido, delimitou-se este estudo numa amostra da zona do agrupamento de escolas e da zona industrial, formulando-se as hipóteses específicas para estes espaços. A primeira hipótese afirma que **“A segurança é avaliada de forma positiva na zona do agrupamento de escolas e na zona industrial.”** Os resultados da tabela n.º 2 demonstram que houve nesta amostra uma tendência dos 554 sujeitos em concordar ou concordar totalmente (51,1%) mostrando que está satisfeita com a segurança em Mangualde, sendo que a média das respostas foi de 3,37. O teste de Kolmogorov-Smirnov efetuado às perguntas 1 e 9 demonstrou uma distribuição que não é normal, o que significa que esta amostra tendeu a responder de modo significativamente superior que estava satisfeita com a segurança de Mangualde (K-S=6,619; $p < 0,001$) e que avaliava de modo positivo a segurança de Mangualde (K-S=5,874; $p < 0,001$). Confirmando-se a Hipótese 1.

No entanto, é de notar de que a perceção que as pessoas têm da segurança pode ser influenciada pelos fenómenos percecionados apenas por elas ou pelos riscos reais existentes. Para Cabral Couto (1988), a segurança é uma realidade, mas também um aspeto psicológico, cabendo ao Estado prevenir os riscos reais e também aqueles que são percecionados pelos cidadãos (Gomes, 2006). Constata-se, no quadro n.º 4 do apêndice C, que os entrevistados 2 e 3 afirmam que para melhorar a segurança no âmbito do CLS de Mangualde, têm a responsabilidade de estudar os fenómenos de insegurança existentes e levar esses estudos às reuniões parcelares.

A segunda hipótese afirma que **“As pessoas que têm conhecimento do CLS de Mangualde percecionam uma melhoria na segurança em Mangualde, contrariamente aos que não o conhecem.”**, só 38 pessoas, na amostra de 554 sujeitos, é que têm conhecimento da sua existência. É de salientar que este estudo revelou que o CLS de Mangualde está pouco divulgado, sendo uma minoria as pessoas que têm conhecimento da sua assinatura, o que se verifica na tabela n.º 3, em que apenas 6,9% desta amostra conhece este contrato; este desconhecimento resulta de, como se constata no quadro n.º 6 do apêndice C, ainda não se encontrar “em funcionamento na sua plenitude, porque os

materiais inerentes ao mesmo ainda não foram distribuídos” (Entrevistado 3), tendo ficado acordado verbalmente com o Município a sua cedência (Entrevistado 2) e que deveriam ter sido assegurados meios humanos para o cumprimento deste contrato, de acordo com a cláusula sétima do protocolo de celebração do CLS de Mangualde (MAI & Município de Mangualde, 2011).

No entanto, são estes 6,9% da amostra que conhecem o CLS, que concordam (55,3%) que existiu uma melhoria na segurança nesta cidade; este resultado vai de encontro ao que foi mencionado pelo então ministro Rui Pereira, ao referir que os CLS têm um papel muito interveniente na segurança das pessoas e no aumento dos seus níveis de segurança (Governo Civil do Distrito de Faro, 2009); a GNR tem compreendido as necessidades de policiamento de proximidade e de segurança das pessoas mais vulneráveis, através de celebração de CLS (Pereira, 2011). Confirma-se assim a Hipótese 2 para esta amostra.

A redução de comportamentos de risco e ilícitos na zona do agrupamento de escolas constitui-se uma das áreas de intervenção da GNR no âmbito do CLS, de acordo com o entrevistado 2 (ver quadro n.º 3 do apêndice C), sendo um objetivo estratégico definido na cláusula terceira do protocolo de celebração do CLS de Mangualde e uma área prioritária de intervenção deste contrato (MAI & Município de Mangualde, 2011); assim, é formulada a hipótese três: **“Existiu uma redução de comportamentos de risco e de ilícitos no exterior e interior do agrupamento de escolas, tendo sido fomentado o civismo e a cidadania na comunidade escolar.”**

Para esta amostra, em concordância com a tabela n.º 4, tanto no interior, como no exterior do agrupamento de escolas, cerca de 40% dos sujeitos nem discordam, nem concordam que tal se tenha verificado. No interior do agrupamento de escolas a média das respostas é 3,11 (d.p.0,889) e no exterior média de 2,95 (d.p.0,898) indicando a tendência a responder desse modo e um aproximar das respostas com os respetivos desvio padrão, apresentando valores baixos.

Os números oficiais da criminalidade participada³¹ nesta zona mostram que no período compreendido entre 4 de março de 2010 e 4 de março de 2011, ou seja no ano antes da assinatura do CLS de Mangualde, foram registados seis crimes com relevância nos crimes contra o património e no período compreendido entre 4 de março de 2011 e 4 de março de 2012, ou seja um ano após a referida assinatura foram registados cinco crimes

³¹ Dados disponibilizados pelo DTer de Mangualde.

com relevância também nos crimes contra o património, apresentando uma ligeira redução da criminalidade participada. A ocorrência de poucos crimes nesta zona, é justificada pelo Diagnóstico da criminalidade participada em Mangualde com a afirmação que estes são esporádicos, não existindo um local privilegiado para os praticar (DGAI, 2012).

Em relação às entrevistas no quadro n.º 7 do apêndice C, o entrevistado 4 refere que existiu uma colaboração da GNR na fiscalização aos cafés na proximidade do agrupamento de escolas, onde pode haver algum tráfico de droga, visto que um dos problemas são as toxicodependências; no quadro n.º 8 do mesmo apêndice verifica-se que três entrevistados afirmam ter havido mais ações e campanhas de sensibilização no agrupamento de escolas com vista a fomentar o civismo e a cidadania. No seguimento desta ideia, o entrevistado 4 afirma que os “professores trabalham no sentido de fomentar comportamentos cívicos e responsáveis” e que “faz parte do programa educativo”. Constata-se também nos quadros referidos anteriormente que houve um “aumento das campanhas de sensibilização, abrangendo uma panóplia mais diversificada de temas, tais como *bullying* e ações de identificação de estupefacientes e seus sintomas; maior interação com os professores e diretor das escolas” (entrevistado 3).

Decorrido pouco mais de um ano da assinatura do CLS de Mangualde e de acordo com estes entrevistados, já se registaram algumas medidas, no entanto esta amostra que respondeu ao questionário não tem essa perceção ao nível da redução da criminalidade e perante os resultados apresentados, não se permite validar esta hipótese.

Ainda relativamente à zona do agrupamento de escolas, verifica-se na tabela n.º 5 que para esta amostra, pouco mais de 40% dos sujeitos nem discordam, nem concordam que estes espaços se tenham tornado mais seguros, quer no interior, quer no exterior do agrupamento de escolas. No interior do agrupamento de escolas a média das respostas é 3,21 (d.p.0,824) e no exterior média de 3,13 (d.p.0,801) indicando essa tendência de resposta e um aproximar das respostas com os respetivos desvio padrão, apresentando valores baixos.

Relativamente às entrevistas, como já foi referido na hipótese anterior, após a assinatura do CLS de Mangualde foram introduzidas algumas medidas para a redução de ilícitos e comportamentos de risco e tornar estes espaços mais seguros; contudo, verificando os dados relativos à criminalidade participada expostos na hipótese anterior e os resultados apresentados, constata-se que não se permite validar a hipótese quatro: **“O exterior e o interior do agrupamento de escolas tornaram-se um espaço com mais segurança para trabalhar, estudar e residir.”**

Relativamente ao facto de a zona industrial ser um espaço mais seguro, constitui-se como outra das áreas de intervenção da GNR no âmbito do CLS, de acordo com o entrevistado 2 (ver quadro n.º 3 do apêndice C), sendo também um objetivo estratégico e uma área prioritária de intervenção do CLS de Mangualde (MAI & Município de Mangualde, 2011), assim é formulada a hipótese cinco: **“Existiu uma redução de ilícitos na zona industrial.”**

A opinião desta amostra não gera consenso, como se constatou na tabela n.º 6, em que 40,5% desta amostra responderam que concordam ou concordam totalmente que tenha existido uma redução de ilícitos na zona industrial. No entanto, verifica-se que a média de 3,16 indica a tendência para responderem nem discordo, nem concordo e o desvio padrão 0,846 indica um aproximar das respostas.

A criminalidade participada³² nesta zona teve uma ligeira redução de quatro para três crimes participados, com relevância também nos crimes contra o património, nos períodos atrás referidos. A ocorrência de poucos crimes nesta zona, é justificada pelo referido anteriormente, que estes são esporádicos, não existindo um local privilegiado para os praticar (DGAI, 2012).

Quanto às entrevistas no quadro n.º 9 do apêndice C, o entrevistado 3 refere que foi direcionado o patrulhamento de proximidade para a zona industrial, sendo esta ideia complementada pelo entrevistado 2: “dentro dos horários mais propícios à ocorrência dos ilícitos criminais (...) como por exemplo, o furto de veículos e em veículos, o furto de estabelecimentos ou, simplesmente, o crime de dano”, como forma de prevenção de ilícitos nessa zona.

Apesar de estes entrevistados referirem que já se registaram algumas medidas, a amostra que respondeu ao questionário não tem a perceção de redução da criminalidade e, perante todos os resultados apresentados para a hipótese cinco, não se permite que a mesma seja validada.

Ainda em relação à zona industrial, observa-se na tabela n.º 7 que para esta amostra, 37,8% dos sujeitos nem discordam, nem concordam que a zona industrial e áreas envolventes sejam mais seguras, sendo que a média de 3,12 indica a tendência de responder dessa forma. Contudo, 38,3% têm uma tendência diferente ao concordar ou concordar totalmente que estes espaços se tenham tornado mais seguros; perante estes

³² Dados disponibilizados pelo DTer de Mangualde.

dados, verifica-se que esta amostra não tem uma opinião bem definida quanto a esta questão.

Como já foi referido na hipótese anterior, segundo os entrevistados, após a assinatura do CLS foi redirecionado o patrulhamento para a zona industrial, para que através da presença da GNR nesse local houvesse uma redução de ilícitos e se tornassem estes espaços mais seguros. No entanto, os dados dos questionários não permitem verificar esta realidade, logo não é possível confirmar a hipótese seis: **“A zona industrial e áreas envolventes tornaram-se espaços com mais segurança para trabalhar e residir.”**

Por vezes, a forma de atuação das forças de segurança pode não corresponder à perceção das pessoas, que têm uma imagem menos positiva do serviço policial, o que dificulta a aproximação e a interação, criando estereótipos (Silva, 2010); estes juízos pré-concebidos têm de ser alterados na mente das pessoas, para que elas próprias permitam essa aproximação. Este aspeto é realçado no protocolo de celebração, que o CLS de Mangualde tem a capacidade de aproximar a GNR da população (MAI & Município de Mangualde, 2011).

Neste sentido, com o intuito de se verificar onde a GNR tem uma atuação mais próxima da população e onde o policiamento de proximidade foi mais reforçado, formularam-se as seguintes hipóteses: **“H7 – Percecionou se um maior contato dos militares da GNR com a população na zona do agrupamento de escolas, em relação à zona industrial.”** e **“H8 – No exterior do agrupamento de escolas o policiamento de proximidade foi reforçado, com uma maior utilização de meios materiais (viaturas) e meios humanos, em relação à zona industrial.”**; tendo-se em consideração o facto de o SPE ter três militares adstritos a todos os programas especiais do DTer de Mangualde, no entanto, essa perceção poderá ser maior na zona do agrupamento de escolas, dado que o DTer tem uma viatura caracterizada do Núcleo Escola Segura sobretudo vocacionada para esta área³³.

No quadro n.º 5 do apêndice C, constata-se que apenas um entrevistado refere que a GNR não tem proximidade com a população, sendo que os outros quatro partilham uma opinião diferente. O entrevistado 3 refere que existe um contato constante da GNR com a população e desta com a GNR. O entrevistado 2 salienta o facto de a comunidade fornecer “informações e apoio importante para debelar os fenómenos que vão ocorrendo” e o entrevistado 1 afirma que “a Guarda sempre foi uma polícia próxima do cidadão”.

³³ Dados disponibilizados pelo DTer de Mangualde.

Os dados do questionário que constam na tabela n.º 8 indicam que para esta amostra da zona do agrupamento de escolas, 51,8% têm tendência a responder que concordam e concordam totalmente que existiu um maior contacto dos militares da GNR com a população; a média de 3,41 indica a tendência de aproximação a responder Concordo.

O reforço do policiamento de proximidade é um objetivo estratégico definido na cláusula terceira do protocolo de celebração do CLS de Mangualde e constitui-se como uma área prioritária deste contrato, tendo a capacidade de o potenciar (MAI & Município de Mangualde, 2011). Em que para diminuir a criminalidade e reforçar a perceção de segurança das pessoas, deve ser exercido um policiamento de proximidade com mais visibilidade, tendo em especial atenção as pessoas mais vulneráveis, (XVII Governo Constitucional, s.d.) como crianças, jovens, idosos e vítimas de maus tratos (GNR, 2012), nomeadamente nas áreas da educação, da habitação e zonas da toxicod dependência (XIX Governo Constitucional, s.d.). Esta forma de executar o policiamento mais próximo da população é algo que a Guarda tem desde há muito enraizado, devido à longa tradição e prática de trabalhar em parceria com as sociedades locais (Parreira, 2011).

O policiamento foi reforçado, como se verifica no quadro n.º 6 do apêndice C, em que o entrevistado 2 referiu que se notou uma maior presença da GNR junto das escolas e na zona industrial; o entrevistado 3 acrescenta que foram redirecionados meios para locais que foram considerados como mais sensíveis e problemáticos; no entanto, estes entrevistados afirmam que deveriam receber meios materiais no âmbito deste CLS, mas que os mesmos ainda não foram distribuídos.

Na tabela n.º 9, observa-se que na zona do agrupamento de escolas 64,5% desta amostra têm tendência a responder que concordam e concordam totalmente que nessa zona existiu um reforço de policiamento por parte da GNR; a média de 3,57 corresponde à tendência desta amostra responder deste modo e o desvio padrão 0,899 indica um aproximar das respostas. Quanto à utilização de recursos pela GNR 45,5% concordam e concordam totalmente que foram utilizados mais meios humanos, 56,9% concordam e concordam totalmente que foram utilizadas mais viaturas e 55,4% referem que existiu uma utilização de novas viaturas no exterior do agrupamento de escolas. Na tabela n.º 10, observa-se que a opinião da amostra da zona industrial é diferente.

Através do teste Mann-Whitney verificam-se diferenças altamente significativas ($p < 0,001$) entre as duas zonas nas duas hipóteses, o que permite afirmar que neste estudo empírico os sujeitos da zona do agrupamento de escolas percecionaram uma maior

interação dos militares da GNR com a população e um maior reforço do policiamento, que utilizaram mais meios humanos e materiais (viaturas), em relação aos sujeitos da zona industrial; neste sentido, de acordo com todos os dados observados, as duas hipóteses são validadas.

A redução da criminalidade e da violência juvenil é um objetivo estratégico definido na cláusula terceira do protocolo de celebração e, simultaneamente, uma área prioritária de intervenção no âmbito do CLS de Mangualde (MAI & Município de Mangualde, 2011); neste sentido, foi formulada a hipótese nove: **“Os índices de criminalidade e violência juvenil diminuíram na zona do agrupamento de escolas e na zona industrial.”**

Observa-se na tabela n.º 11 uma tendência da amostra global do estudo (40,6%) em nem discordar, nem concordar que tenha existido uma redução de criminalidade e de violência juvenil. A média 3,19 indica a tendência de responder deste modo e o desvio padrão 0,864 indica um aproximar das respostas. Contudo, 39,9% concordam e concordam totalmente, verificando-se que esta amostra não tem uma opinião bem definida quanto a esta questão, não existindo um consenso generalizado. O entrevistado 2 refere que não existem grupos organizados de jovens delinquentes e que tem sido feito um esforço para os evitar (ver quadro n.º 7 do apêndice C).

Relativamente à criminalidade participada³⁴ na zona do agrupamento de escolas e zona industrial, constata-se que nos períodos atrás referidos existiu uma ligeira redução de dez para sete crimes participados, com relevância também nos crimes contra o património. Indo ao encontro destes dados, é referido que o concelho de Mangualde apresenta reduzidos índices de criminalidade (DGAI, 2012); perante todos estes resultados, não é possível validar esta hipótese.

³⁴ Dados disponibilizados pelo DTer de Mangualde.

Capítulo 7

Conclusões e recomendações

A crescente atenção por parte do Estado relativamente a Programas que garantam uma maior segurança às suas populações e, conseqüentemente, um maior bem-estar, é algo benéfico para o população, mas não menos importante será perceber em que medida esses programas são percebidos por ela. É nesse âmbito que este trabalho se desenvolveu, nomeadamente no CLS de Mangualde. Após uma revisão de literatura para se perceber o estado da arte sobre esta temática e tendo analisado os dados oriundos deste estudo empírico, importa agora tecerem-se umas breves conclusões e possíveis linhas de investigação, no sentido de se aumentarem os conhecimentos atuais relativamente à percepção de segurança por parte da população.

Em conformidade com a análise e discussão dos resultados e a conseqüente verificação das hipóteses no capítulo anterior, e tendo por base a pergunta de partida **“O Contrato Local de Segurança de Mangualde fez aumentar na população local a percepção de segurança?”**, pode-se afirmar que apesar da assinatura recente deste protocolo a população já verifica ligeiras melhorias na segurança.

Como se verificou a amostra total do estudo na sua maioria desconhece este contrato. No entanto, verificou-se que, tendencialmente, quem o conhece afirma ter percebido uma melhoria a nível da segurança.

A segurança é avaliada com uma tendência ligeiramente positiva na zona do agrupamento de escolas e na zona industrial; no entanto, esta amostra não tem uma opinião bem definida quanto a esta questão, não existindo um consenso generalizado entre as pessoas, que consideram a segurança em Mangualde como razoável.

Com base nos dados oficiais da criminalidade participada³⁵, constata-se que no período compreendido entre 4 de março de 2010 e 4 de março de 2011, ou seja no ano anterior à assinatura do CLS, foram registados na zona do agrupamento de escolas e na zona industrial seis e quatro crimes, respetivamente; e no período compreendido entre 4 de março de 2011 e 4 de março de 2012, ou seja, um ano após a referida assinatura, foram

³⁵ Dados disponibilizados pelo DTer de Mangualde.

registados cinco e dois crimes, respetivamente nas duas zonas, apresentando ambas uma ligeira redução da criminalidade participada.

Na zona do agrupamento de escolas e de acordo com os dados dos questionários, esta amostra teve a tendência para responder que nem discordava, nem concordava que tenha existido uma redução de comportamentos de risco e de ilícitos no exterior e interior do agrupamento de escolas, não existindo qualquer registo de contra ordenações por posse e consumo de drogas; verifica-se a mesma tendência ao considerar que estes espaços se tornaram mais seguros para trabalhar, estudar e residir. Isto, apesar de os entrevistados referirem que já se registaram algumas medidas, como a fiscalização aos cafés junto a esta área onde se tem a perceção de que possa existir algum tráfico de droga, para além do aumento das campanhas de sensibilização e abrangendo ações de identificação de estupefacientes e sintomas do seu uso.

Esta opinião parece manter-se na zona industrial, em que esta amostra tendeu a responder do mesmo modo, quanto à redução de ilícitos nessa zona e quanto a este espaço tornar-se mais seguro. Apesar de os entrevistados referirem que foi direcionado o policiamento de proximidade para a zona industrial dentro dos horários mais propícios à ocorrência dos ilícitos criminais, como o furto de veículos e em veículos.

Deste modo, verifica-se que tanto na zona do agrupamento de escolas como na zona industrial, a amostra não têm a perceção que estes espaços sejam mais seguros do que eram antes da assinatura do protocolo de celebração do CLS de Mangualde, não sendo ainda percecionadas por elas quaisquer alterações significativas. As respostas, como se pode verificar, são pouco sustentadas, não existindo uma clara tendência para responder de modo predominantemente positivo.

Este facto denota que a redução da criminalidade e violência juvenil não se fez notar para a amostra na zona do agrupamento de escolas e na zona industrial, constatando-se que a criminalidade participada³⁶ nestas duas zonas em conjunto, nos períodos referidos anteriormente, teve uma ligeira redução de dez para sete crimes. É de salientar que não existem (até ao momento) grupos organizados de jovens delinquentes e que os índices de criminalidade refletem uma ligeira redução. Note-se que no Diagnóstico da criminalidade participada no município de Mangualde se refere que este concelho, apresenta reduzidos índices de criminalidade.

³⁶ Dados disponibilizados pelo DTer de Mangualde.

Tal como era esperado de acordo com a literatura, a GNR na sua atuação diária estabeleceu um maior contato com a população na zona do agrupamento de escolas, em relação à zona industrial. Verificou-se que quatro dos cinco entrevistados referem que existe proximidade da GNR com a população e que as pessoas fornecem informações importantes à GNR. Observou-se também uma maior presença da GNR junto dos estabelecimentos de ensino e que foram redirecionados meios humanos e materiais para novos locais, que no âmbito do CLS foram considerados como mais sensíveis e problemáticos.

Através dos dados dos questionários constata-se que neste estudo empírico a amostra da zona do agrupamento de escolas percecionaram uma maior interação, um maior contacto e um maior reforço do policiamento por parte dos militares da GNR, tendo utilizado mais meios humanos e materiais (viaturas). É também referida por esta amostra a utilização de novas viaturas na zona do agrupamento de escolas; no entanto, os entrevistados dizem que ainda não foram distribuídos novos meios materiais.

Na zona industrial a tendência de resposta foi diferente, não se verificando esta proximidade que se percebe a nível da zona do agrupamento de escolas. Contudo, nas entrevistas foi referido que houve uma maior presença da GNR junto da área industrial e foram redirecionados meios humanos e materiais para novos locais atrás referidos.

Por conseguinte, verifica-se que foi na zona do agrupamento de escolas que existiu um maior contacto da GNR com a população e que houve uma maior afetação de recursos, quer materiais, quer humanos. Constata-se, igualmente, que é na zona do agrupamento de escolas que existiu a utilização de novos recursos materiais; contudo, apenas foram utilizados aqueles já existentes no DTer de Mangualde, procurando um reforço de policiamento.

O CLS de Mangualde, de acordo com todos os dados apresentados, já se revela importante para que as pessoas se sintam mais seguras no seu quotidiano em Mangualde atendendo ao facto de a sua assinatura ser recente. Já foi possível verificar que a GNR estabeleceu um maior contacto com a população, exercendo um maior policiamento nas zonas consideradas mais problemáticas e nos horários mais críticos, fazendo um direcionamento dos meios já existentes para esse efeito, originando que as pessoas percecionassem a GNR como uma força humana, próxima e de confiança. Segundo a revisão de literatura, constata-se que têm sido bons os resultados obtidos com os CLS, o que tem levado à manutenção e ao reforço deste tipo de parcerias.

No entanto, surge um dado curioso relativo à criminalidade participada nas duas áreas em estudo; de acordo com os dados do DTer de Mangualde, os crimes participados não apresentam valores muito significativos que, aparentemente, levem a GNR a direcionar a sua atuação de forma tão prioritária para essas zonas. Desta forma, efetuando uma maior concentração de meios na zona do agrupamento de escolas e na zona industrial, podendo levar a que sejam economizados noutras zonas onde possa existir mais criminalidade.

Pode concluir-se, que o CLS de Mangualde ao intervir junto do agrupamento de escolas e da zona industrial, não está direcionado para zonas tendencialmente com criminalidade significativa, o que se poderá colocar em causa a própria existência do CLS de Mangualde.

7.1. Recomendações e investigações futuras

Tendo em linha de conta as reflexões finais, o CLS de Mangualde está pouco divulgado na comunidade a que se destina e a intervir em duas zonas em que criminalidade participada, apresenta valores pouco expressivos, pelo que seria interessante verificar quais as zonas onde existe um maior número de crimes participados, de forma a poder direcionar a atuação do CLS de Mangualde para esses locais.

Poderão ser desenvolvidas investigações nos anos seguintes para explorar se esta tendência se mantém e se existe a necessidade de se manter o CLS de Mangualde.

Na continuidade deste trabalho, poderão ser desenvolvidas outras investigações mais aprofundadas na área da perceção da segurança, porque, de acordo com Abel Cabral Couto (1988), a segurança é uma realidade, mas também um aspeto psicológico, poder-se-ão relacionar estes dados com futuros elementos obtidos através do questionário das 23 Questões sobre a Vulnerabilidade ao *Stress*, de Vaz Serra, para se verificar se a perceção de segurança está ou não relacionada com o *stress*³⁷.

³⁷ “(...) o facto de um indivíduo se sentir em *stress* é ditado pelo grau de vulnerabilidade ou de autoconfiança que a pessoa desenvolve em relação a determinada circunstância, considerada importante para si e que lhe cria exigências específicas” (Vaz Serra, 2000, p.261).

7.2. Dificuldades e limitações da investigação

Uma das limitações deste estudo foi o facto de o CLS de Mangualde não ter sido devidamente implementado no espaço de pouco mais de um ano, o que fez com que a maioria das pessoas desta amostra e alguns entrevistados não conhecessem em que consistia o Contrato. No entanto, é de realçar o papel do Dter de Mangualde, que tentou com os meios existentes aumentar o policiamento juntos das zonas mais sensíveis, tendo-se verificado por parte desta amostra uma maior presença da GNR.

Uma outra dificuldade foi sentida relativamente à literatura existente, sendo este um tema pouco abordado e sobre o qual existe pouca documentação, legislação e artigos, o que dificulta a pesquisa. Como se pode verificar neste trabalho, tentou-se colmatar esta dificuldade através de entrevistas a pessoas envolvidas direta ou indiretamente no CLS de Mangualde.

Uma outra limitação foi o período temporal e o curto espaço de tempo disponibilizado para a elaboração do trabalho, facto que condicionou a aplicação dos instrumentos de investigação, visto que os alunos do agrupamento de escolas estavam quase no final do ano letivo e em época de exames.

Bibliografia

- Alferes, V. (1997). *Investigação Científica em Psicologia – Teoria e Prática*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. (3ª Ed.), Braga: Psiquilibrios.
- Alves, N. (2006). *Investigação por Inquérito*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de licenciado, Departamento de Matemática da Universidade dos Açores, Ponta Delgada. Retirado: julho, 09, 2012, de <http://www.amendes.uac.pt/monograf/tra06investgInq.pdf>.
- Alves, C. (2008). *Em busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da GNR.
- Alves, C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, C. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da GNR.
- Barrento, A. (2010). *Da Estratégia*. Parede: Tribuna da Historia.
- Barros, J. (2008). *As hipóteses nas Ciências Humanas - considerações sobre a natureza, funções e usos das hipóteses*. Sísifo – Revista das Ciências da Educação, nº 7, pp.151-162. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Retirado: junho, 09, 2012, de <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/Revista%207%20PT%20final.pdf>.
- Bauman, Z. (2001). *Comunidade - a busca por segurança no mundo actual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana – Contradições e Ambiguidades*. (1ª Ed.) Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Caetano, M. (2006). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional – Tomo I*. (6ª Ed.), Coimbra: Almedina.
- Câmara Municipal de Loures, (s.d.). *Contrato Local de Segurança de Loures*. Retirado: novembro, 09, 2011, de http://www.cm-loures.pt/aa_CLS.asp.

- Canotilho J. & Moreira V. (2005). *Constituição da República Portuguesa*. (8ª Ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carmo, H.& Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação*. (2ª Ed.), Lisboa: Universidade Aberta.
- Circulaire du 28 octobre 1997, (1997). *Relative à la mise en œuvre des Contrats Locaux de Sécurité*. Journal Officiel de la République Française. Retirado: outubro, 27, 2011, de http://pmb.ofdt.fr/pmb_documents/LEGI/746.pdf.
- Circulaire du 7 juin 1999, (1999). *Relative aux Contrats Locaux de Sécurité*.
- Circulaire du 16 octobre 2000, (2000). *Contrats Locaux de Sécurité*. Journal Officiel de la République Française. Retirado: outubro, 27, 2011, de http://pmb.ofdt.fr/pmb_documents/LEGI/414.pdf.
- Copeto, R. (2011). *O papel das Forças de Segurança no Sistema de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Costa, J. & Melo, A. (1998). *Dicionário da Língua Portuguesa*. (8º Ed.). Porto: Porto Editora.
- Couto, C. (1988). *Elementos de Estratégia - Volume I*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de dezembro de 1948. Retirado: janeiro, 11, 2012, de http://www.cne.pt/dl/1_declaracao_universal_direitos_homem.pdf.
- Decreto-Lei n.º 203/2006 de 27 de outubro. (Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna). *Diário da República*. 1.ª Serie, n.º208, 7441-7446.
- Despacho 10393/2010 de 22 de junho. (Aprova o Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana [RGSGNR]. *Diário da República*. 2.ª Serie, n.º 119, 33856-33891.
- Direção-Geral de Administração Interna [DGAI], (2009). *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança*. Lisboa: Ministério da Administração Interna – Direção-Geral de Administração Interna. Retirado: abril, 14, 2011, de <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf>.
- Direção-Geral de Administração Interna [DGAI], (2012). *Contrato Local de Segurança: Diagnóstico da criminalidade participada no município de Mangualde*. Lisboa: Ministério da Administração Interna – Direção-Geral de Administração Interna.

- Elias, L. (2012). *Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada*. Working paper #11. Observatório Político. Retirado: julho, 04, 2012, de <http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2012/05/wp-11.pdf>.
- Fenech, G. (2001). *Tolerância Zero acabar com a criminalidade e a violência urbana*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Field, A. (2006). *Discovering Statistics Using SPSS*. London: Sage Publications.
- Fórum Europeu para a Segurança Urbana, (2006). *Manifesto de Saragoça*. Saragoça: Fórum Europeu para a Segurança Urbana. Retirado: novembro, 11, 2011, de <http://zaragoza2006.fesu.org/IMG/pdf/manifeste/Manifeste%20de%20Saragosse%20-%20PORTUGAIS.pdf>.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2005). *O Inquérito, Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Gomes, P. (2006). Segurança e Reformas Policiais na Europa. O Caso de Portugal. In Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa. *I Seminário Internacional de Gestão em Segurança Pública e Justiça Criminal*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Retirado: junho, 11, 2012 de <http://www.propi.uff.br/ineac/curso/nufep/artigos/palestrantes/18/01.pdf>.
- Governo Civil do Distrito de Faro, (2009). *Contratos Locais de Segurança são instrumentos eficazes para aumento dos níveis de segurança garante Ministro da Administração Interna*. Retirado: maio, 27, 2011, de <http://www.gov-civil-faro.pt/detalhe/default.asp?t=dest&id=198>.
- Guarda Nacional Republicana [GNR], (1996). *Manual de Operações*. (Vol. I), Lisboa: CEGRAF/GNR.
- Guarda Nacional Republicana [GNR], (1997). *Manual de Operações*. (Vol. II), Lisboa: CEGRAF/GNR.
- Guarda Nacional Republicana [GNR], (2010). *Programas Especiais*. Site oficial da Guarda Nacional Republicana Retirado: janeiro, 18, 2012, de http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvvn5/241t4nzn5.
- Guarda Nacional Republicana [GNR], (2012). *Plano de Actividades 2012*. Lisboa. Retirado: março, 19, 2012, de <http://www.gnr.pt/documentos/InstGestao/PlanoActividades2012.pdf>.
- Guerra, I. (2012). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas do uso*. Cascais: Príncípa.
- Hill, M. & Hill, A. (2009). *Inquérito por Questionário*. (2ª Ed. – 4ª Impressão) Lisboa: Edições Silabo.

- Instituto Nacional de Estatística [INE], (1999). *Indicadores Urbanos do Continente*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística [INE], (2011). *Censos 2011: Resultados Provisórios*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retirado: julho, 04, 2012, de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESmodo=2.
- Lei nº 52/2005 de 31 de agosto. (Aprova as Grande Opções do Plano para 2005-2009). *Diário da República*. 1.ª Serie-A, n.º 167, 5186-5284.
- Lei nº 63/2007 de 06 de novembro. (Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana [LOGNR]). *Diário da República*. 1.ª Serie, n.º 213, 8043-8051.
- Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto. (Aprova a Lei de Segurança Interna [LSI]). *Diário da República*. 1.ª Serie, n.º 167, 6135-6141.
- Lei nº 3-A/2010 de 28 de abril. (Aprova as Grande Opções do Plano para 2010-2013). *Diário da República*. 1.ª Serie, n.º 82, 1466(2)-1466(65).
- Lisboa, M.& Dias, A. L. T. (2008). *Organizações e Meio Envolvente: O caso do “Policiamento de Proximidade”*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Retirado: abril, 21, 2011, de <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/659.pdf>.
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística com utilização do SPSS*. (3ª Ed.) Lisboa: Edições Sílabo.
- Ministério da Administração Interna [MAI]; Município de Mangualde, (2011) *Protocolo de Celebração do Contrato Local de Segurança no Município de Mangualde*.
- Norma de Execução Permanente [NEP] 520 da Direção de Ensino, de 30 junho de 2011 da Academia Militar.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento – A emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Pannier, N. (2001). *Les Contrats Locaux de Sécurité et la Politique de la Ville*. *Revue Française des Affaires Sociales*, n° 3, p.127-148. Retirado: outubro, 25, 2011, de <http://www.cairn.info/revue-francaise-des-affaires-sociales-2001-3-page-127.htm>.
- Parreira, N. (2011). *Discurso do Senhor General Comandante-Geral*. *Revista Pela Lei e Pela Grei*, Ano XXIII – Nº 90 – Abril-Junho. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Pereira, B. (2002). *Para uma Escola sem Violência – estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Pereira, R. (2009). Dos Diagnósticos aos Contratos Locais de Segurança. In Direção-Geral de Administração Interna. *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança*. (p.xvii). Lisboa: Ministério da Administração Interna – Direção-Geral de Administração Interna. Retirado: abril, 14, 2011, de <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf>.
- Pereira, R. (2011). *Discurso do Senhor Ministro*. Revista Pela Lei e Pela Grei, Ano XXIII – Nº 90 – Abril-Junho. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2007). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A complementaridade do SPSS*. (4ª Ed.), Lisboa: Edições Sílabo.
- Portaria n.º 1450/2008 de 16 de dezembro. *Diário da República*. 1.ª Serie, n.º242, 8845-8854.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (5ª Ed.), Lisboa: Gradiva.
- Relatório Anual de Segurança Interna [RASI], (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna 2010*, Lisboa, Sistema de Segurança Interna. Retirado: maio, 5, 2011, de [http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Relatorios%20Seguranca%20Interna/RASI%202009%20-%20PCM%2025MAR.%20\(Versao%20definitiva\).pdf](http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Relatorios%20Seguranca%20Interna/RASI%202009%20-%20PCM%2025MAR.%20(Versao%20definitiva).pdf).
- Relatório Anual de Segurança Interna [RASI], (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna 2011*, Lisboa, Sistema de Segurança Interna. Retirado: abril, 17, 2012, de http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relatoRIO_anual_seguran_a_interna.pdf.
- Roché, S. (2000). Sentimento de insegurança, incivildades e polícia. In Ministério da Administração Interna. *Policimento de Proximidade, Conferencia Internacional Lisboa 14 e 15 de Dezembro 1998*. (pp.68-73). Lisboa: Imprensa Municipal.
- Sarmento, M. (2008). *Guia Prático Sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Serra, V. (2000). A vulnerabilidade ao stress. *Psiquiatria Clínica*, 21 (4), 261-278.
- SICNotícias, (2011). *Mangualde: Segundo Contrato Local de Segurança celebrado no distrito de Viseu*. Retirado: março, 14, 2012, de <http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011/03/04/mangualde-segundo-contrato-local-de-seguranca-celebrado-no-distrito-de-viseu>.

- Silva, P. (2010) *Cidadania e Segurança: Uma Análise Prospectiva*, Lisboa, Centro de Congressos de Lisboa. Retirado: abril, 29, 2011, de http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_4H_texto_pdf_nuno_parreira_silva.pdf.
- SPSS INC, (2006). *SPSS Base 15.0 User's Guide*. Chicago, IL: Spss Inc.
- Teixeira, N.; Lourenço, N. & Piçarra, N. (2006). *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna, Relatório Preliminar*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa. Retirado: janeiro, 10, 2012, de http://reformassi.mai.gov.info/wp-content/uploads/2007/03/estudo_preliminar.pdf.
- Sun Tzu, (2009). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação – O Processo de Construção do Conhecimento*. (1ª Ed.), Lisboa: Edições Sílabo.
- XVII Governo Constitucional, (s.d.). *Programa do XVII Governo Constitucional*. Retirado: maio, 04, 2011, de http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governos_Documentos/Programa%20Governo%20XVII.pdf.
- XVIII Governo Constitucional, (s.d.). *Programa do XVII Governo Constitucional*. Retirado: maio, 03, 2012, de <http://www.parlamento.pt/Documents/PROGRAMADOXVIIIIGoverno.pdf>.
- XIX Governo Constitucional, (s.d.). *Programa do XIX Governo Constitucional*. Retirado: julho, 04, 2012, de http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf.
- Young, J. (2002). *A Sociedade Excludente*. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Editora Revan.

Apêndice A – Carta de apresentação



ACADEMIA MILITAR

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

2012

Entrevista – Carta de Apresentação

No âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada do Aspirante de Infantaria da GNR Simão Luís Figueiredo Coelho, relativamente ao tema: “A importância do Contrato Local de Segurança de Mangualde no quotidiano dessa população”, realiza-se o presente inquérito, tendo por objetivo verificar de que forma a sua implementação aumentou o sentimento de segurança e de confiança na população que lhe está afeta.

O Contrato Local de Segurança de Mangualde foi assinado em 4 de março de 2011 e visa reforçar o sentimento de segurança dos munícipes, aperfeiçoar a eficácia e eficiência do serviço policial, aproximar as forças de segurança das necessidades e expectativas das pessoas, potenciar os programas de policiamento de proximidade, bem como envolver a população no processo de segurança (Ministério da Administração Interna; Município de Mangualde, 2011).

Com o intuito de garantir o máximo de rigor nos dados recolhidos, é essencial realizar algumas entrevistas a individualidades que estiveram relacionadas com a assinatura, e as que estejam a participar no desenvolvimento deste Contrato Local de Segurança, cujos conhecimentos e experiência nesta área constituirão uma mais-valia fulcral para o trabalho.

É igualmente fundamental o contributo de individualidades com cargos superiores de direção no agrupamento de escolas e nas empresas sediadas na zona industrial de Mangualde, pois o seu contributo irá enriquecer e valorizar a investigação, devido à sua proximidade com estas áreas sensíveis.

Solicito permissão a V. Ex.^a para o entrevistar e, em caso afirmativo, que mencionasse na sua resposta onde e quando estará disponível para a realização da mesma, prestando desta forma uma excelente valorização a este trabalho.

A entrevista será posteriormente analisada e servirá como suporte ao enquadramento teórico e ao trabalho de campo, complementando assim ideias extraídas da pesquisa bibliográfica e do questionário aplicado à população.

Com o propósito de salvaguardar a identidade de V. Ex.^a, serão garantidos a confidencialidade e o anonimato quanto às informações prestadas. Se assim o desejar e mencionar, será colocada ao seu dispor a análise resultante das suas respostas para sua apreciação, antes da exposição pública deste trabalho.

A sua opinião é essencial para que os resultados deste estudo tenham validade científica e nos forneçam informação fundamental e verdadeira.

O êxito deste trabalho depende da sua cooperação e compreensão, pelo que agradeço desde já a sua colaboração e disponibilidade.

Muito obrigado!

Atentamente,

Simão Luís Figueiredo Coelho

Aspirante de Infantaria

Apêndice B – Guião de entrevista



ACADEMIA MILITAR

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

2012

Guião de Entrevista

- **Data:**

- **Local:**

Solicito permissão a V. Ex.^a para lhe colocar duas perguntas, antes de iniciar a entrevista.

- Existe algum inconveniente quanto ao facto de esta entrevista ser gravada e utilizada como suporte do enquadramento teórico e do trabalho de campo, no trabalho de investigação aplicada que estou a realizar?

- Tem alguma questão a colocar acerca desta entrevista?

Obrigado!

Caracterização do Inquirido:

- **Nome:**

- **Idade:**

- **Cargo ou Função:**

- **Posto ou Grau Académico:**

Questões:

Em 4 de março de 2011, foi assinado o Contrato Local de Segurança de Mangualde.

1. É conhecedor da existência do CLS de Mangualde?
2. Conhece em que consiste e quais as razões para a sua implementação?
3. Sabe que tipo de intervenção tem a GNR no CLS de Mangualde?
4. No âmbito das funções que desempenha, tem responsabilidade no cumprimento dos objetivos do CLS de Mangualde?
5. Qual a perceção que tem do trabalho de proximidade entre a GNR e a população?
6. Que mudanças mais significativas se verificaram, a nível social, após a implementação deste Contrato?
7. Em relação ao agrupamento de escolas e áreas envolventes, que medidas foram tomadas com o objetivo de prevenir ou erradicar comportamentos de risco e ilícitos, como o *bullying*, a venda e o consumo de drogas ou atos de violência entre alunos, e quais os meios utilizados?
8. Que procedimentos foram tomados para fomentar o civismo e a cidadania na comunidade escolar?
9. Em relação à zona industrial e áreas envolventes, que medidas foram tomadas com o objetivo de tornar estes espaços mais seguros e de reduzir os ilícitos, como o furto de veículos, furto em veículos (gasóleo, baterias) e furto em edifícios comerciais, e quais os meios utilizados?

Apêndice C – Quadros Sinopses das Entrevistas

Quadro n.º 1 – Resultados da questão 1

É conhecedor da existência do CLS de Mangualde?

Entrevistado	Resposta	Argumentação
1	Sim.	<i>Tomei parte em alguns dos atos preparatórios conducentes à celebração do Contrato</i>
2	<i>Sou conhecedor</i>	<i>tendo sido parte envolvida na sua elaboração, nomeadamente, na caracterização dos problemas existentes na área territorial que superintende</i>
3	<i>tomei obrigatoriamente conhecimento</i>	<i>Pelas funções que desempenhei tomei obrigatoriamente conhecimento (...) tive inclusivamente influência em alguns procedimentos e resultados</i>
4	Conheço	<i>tomei conhecimento nomeadamente através dos órgãos de comunicação social</i>
5	Sim	(Não referiu)

Quadro n.º 2 – Resultados da questão 2

Conhece em que consiste e quais as razões para a sua implementação?

Entrevistado	Resposta	Argumentação
1	Claro	<i>trata-se de uma tentativa de resposta, em rede, aos principais problemas do território abrangido, assumindo-se como um instrumento privilegiado de cooperação institucional concorre para um resultado maximizador em termos de segurança coletiva.</i>
2	Sim (mas não referiu)	<i>é mais um instrumento de cooperação institucional, (...) para prevenir e reagir a fenómenos de criminalidade e insegurança na comunidade. Para além do envolvimento de instituições, o CLS pretende também o envolvimento da comunidade em geral na temática da segurança (...) permitindo uma maior aproximação das forças de segurança a esta. possibilita a aquisição de meios e o seu direcionamento para fenómenos de insegurança, devidamente identificados, como são exemplo a violência junto dos estabelecimentos de ensino, a criminalidade nas áreas industriais ou a delinquência juvenil.</i>
3	Sim (mas não referiu)	<i>é um instrumento de cooperação institucional, que permite reagir a fenómenos criminais e que resultam na insegurança das comunidades. possibilita ainda adquirir (...) meios e os direcionar para zonas de maior risco de ocorrer ilícitos criminais nomeadamente, junto a estabelecimentos de ensino, zonas industriais, estabelecimentos de comércio, lares, entre outros.</i>
4	Não.	<i>foi divulgado pelo município como sendo algo que iria beneficiar a segurança das pessoas e das indústrias,</i>

		<i>de uma maneira geral crescer qualidade à segurança e à proximidade.</i>
5	Sim (mas não referiu)	<i>constitui-se como um dos instrumentos disponíveis ao serviço da garantia de Liberdade e de Segurança. Procura materializar o princípio da articulação de esforços, envolvendo a GNR, a autarquia, o Agrupamento Escolar, as empresas e a sociedade em geral, fomentando uma cultura de segurança de proximidade.</i>

Quadro n.º 3 – Resultados da questão 3

Sabe que tipo de intervenção tem a GNR no CLS de Mangualde?

Entrevistado	Resposta	Argumentação
1	Sim (mas não referiu)	<i>A GNR (...) tem vindo a cumprir as responsabilidades que lhe foram cometidas: - Participar no Grupo de Trabalho conducente à implementação do CLS - Disponibilizar a informação necessária à elaboração do diagnóstico local; e - Promover a divulgação do projeto</i>
2	Sim (mas não referiu)	<i>a GNR é condição essencial para que o mesmo possa atingir os objetivos a que se propôs. poderá atuar nas áreas de intervenção definidas no CLS, como são exemplo delinquência juvenil; violência junto dos estabelecimentos de ensino; policiamento de proximidade; insegurança nas áreas industriais; entre outros fenómenos de criminalidade.</i>
3	Sim (mas não referiu)	<i>a GNR é um órgão fundamental para atingir os objetivos concretos do CLS. a Guarda intervém em diversificadas áreas, tais como: violência junto dos estabelecimentos de ensino; criminalidade em zonas industriais; policiamento de proximidade no centro do concelho; entre outros fenómenos de criminalidade.</i>
4	Não.	<i>Não sei.</i>
5	Sim (mas não referiu)	<i>A GNR desempenha um papel fundamental neste CLS, garantindo o policiamento de todo o concelho. representa uma mais-valia na execução de todas as medidas programadas para a comunidade escolar, principalmente no que respeita às ações de sensibilização e prevenção. em parceria estreita com os serviços técnicos da autarquia, ficou assegurado entre as partes, a elaboração e atualização do diagnóstico local de segurança</i>

Quadro n.º 4 – Resultados da questão 4

No âmbito das funções que desempenha, tem responsabilidade no cumprimento dos objetivos do CLS de Mangualde?

Entrevistado	Resposta	Argumentação
1	Sim	<i>mas não diretamente (...) a responsabilidade direta recai sobre o Comandante do Destacamento Territorial de Mangualde</i>
2	Tenho.	<i>estudar os fenómenos de insegurança existentes (...) direcionando os meios para a sua prevenção e conseqüente diminuição do sentimento de insegurança da comunidade. os referidos estudos, deverá leva-los às reuniões parcelares realizadas no âmbito do CLS e, (...) delinear estratégias de prevenção e de combate aos referidos fenómenos de insegurança.</i>
3	tive responsabilidades	<i>estudar os fenómenos de insegurança existentes (...) direcionando os meios para a sua prevenção e conseqüente diminuição do sentimento de insegurança da comunidade. promover reuniões com as diversas entidades pertencentes ao CLS, no sentido de definir estratégias de combate à criminalidade e insegurança.</i>
4	Se tenho, desconheço-a.	<i>não fui parte na celebração do contrato. As relações que temos a nível da segurança temo-las diretamente com a Guarda Nacional Republicana</i>
5	Sim.	<i>responsabilidade de monitorizar o trabalho desenvolvido pelos serviços técnicos da autarquia e fomentar a articulação e diálogo entre as várias entidades envolvidas no CLS.</i>

Quadro n.º 5 – Resultados da questão 5

Qual a perceção que tem do trabalho de proximidade entre a GNR e a população?

Entrevistado	Resposta	Argumentação
1	<i>A Guarda sempre foi uma polícia próxima do cidadão.</i>	<i>necessidade de “forçar” um relacionamento próximo com as pessoas, criando mecanismos que mitigassem esses efeitos dos tempos. E têm-se conseguido ótimos resultados, nomeadamente com grupos sociais particularmente fragilizados, sejam crianças ou idosos, ou grupos mais expostos ao fenómeno da criminalidade, como comerciantes de vários géneros.</i>
2	<i>continua a dar resposta eficaz e eficiente</i>	<i>a comunidade interage com as forças de segurança, fornecendo-lhe informações e apoio importante para debelar os fenómenos que vão ocorrendo.</i>
3	<i>contacto constante</i>	<i>policimento diário com contacto constante com a população em geral quer no âmbito particular das crianças e dos idosos com as suas ações de sensibilização.</i>
4	<i>muito deficitária no aspeto do policiamento de</i>	<i>GNR está distante, (...) atua longe do cidadão. Durante a noite a cidade está completamente deserta. (...) não se nota o policiamento</i>

	<i>proximidade</i>	
5	<i>a GNR desempenha um papel fundamental</i>	<i>Para além do Programa Escola Segura, (...) a GNR já tem em curso o programa Campo Seguro, que procura prevenir e reprimir o furto de metais não preciosos nas comunidades agrícolas. Outro setor da população alvo de uma atenção especial, é a população isolada, que (...) se torna mais vulnerável quer aos riscos sociais, quer ao risco de incêndio florestal.</i>

Quadro n.º 6 – Resultados da questão 6

Que mudanças mais significativas se verificaram, a nível social, após a implementação deste Contrato?

Entrevistado	Resposta	Argumentação
1	<i>não haverá ainda condições de comparação</i>	<i>uma vez que não foi ainda cumprida sequer a fase de implementação do projeto. muitas pessoas (...) vêm neste projeto uma eventual possibilidade de a Guarda aumentar a sua capacidade de policiamento na área de intervenção</i>
2	<i>maior presença da força de segurança</i>	<i>O CLS de Mangualde ainda não se encontra em funcionamento na sua plenitude, muito porque, os meios materiais que lhe seriam adstritos ainda não o foram.(...) ficou estabelecido com o Município de Mangualde através de um acordo verbal. maior presença da força de segurança junto dos estabelecimentos de ensino e da área industrial, diminuindo os ilícitos criminais e diminuindo o sentimento de insegurança da comunidade. Contudo, (...) foram alterados os métodos de empenhamento dos militares e direcionado os meios já existentes para fazer face aos referidos fenómenos.</i>
3	<i>redirecionamento dos meios (...) para novos locais</i>	<i>O CLS de Mangualde não se encontra em funcionamento na sua plenitude, porque os materiais inerentes ao mesmo ainda não foram distribuídos. foram redirecionados meios humanos e materiais para novos locais, que no âmbito do CLS foram tidos como mais sensíveis e problemáticos.</i>
4	<i>Não sei responder</i>	<i>não me apercebi de nada.</i>
5	<i>ainda é cedo para fazermos essa avaliação.</i>	<i>A implementação do CLS, encontra-se ainda numa fase inicial. Após o diagnóstico, no qual se caracterizou a população alvo e tipificaram os crimes (...) estamos agora melhor preparados para colocar em marcha algumas medidas concretas.</i>

Quadro n.º 7 – Resultados da questão 7

Em relação ao agrupamento de escolas e áreas envolventes, que medidas foram tomadas com o objetivo de prevenir ou erradicar comportamentos de risco e ilícitos, como o *bullying*, a venda e o consumo de drogas ou atos de violência entre alunos, e quais os meios utilizados?

Entrevistado	Resposta	Argumentação
1	<i>medidas gerais de polícia num contexto específico</i>	<i>o estado de implementação do projeto não permitiu ainda avançar com medidas próprias.</i>
2	<i>maior presença (...) ações de fiscalização (...) sensibilização</i>	<i>fiscalização dos estabelecimentos de restauração e bebidas existentes nas imediações ações de sensibilização aos alunos e professores (...) facilitou-se um intercâmbio eficiente e célere entre os responsáveis pelo agrupamento e o comando da força de segurança. evitar que sejam constituídos grupos organizados de jovens delinquentes e até ao momento não existe nenhum.</i>
3	<i>campanhas de sensibilização. Maior interação (...) vigilância e policiamento</i>	<i>aumento das campanhas de sensibilização, abrangendo uma panóplia mais diversificada de temas, tais como bullying e ações de identificação de estupefacientes e seus sintomas; Não existindo qualquer registo de contra ordenações por posse e consumo de drogas na zona do agrupamento de escolas. maior interação com os professores e diretor das escolas no sentido de melhorar o nosso impacto na população escolar. vigilância e policiamento nas zonas de acessos aos estabelecimentos de ensino.</i>
4	<i>policiamento (...) e presença física frequente.</i>	<i>não temos nenhum caso de bullying e violência entre os alunos também não. O problema que nós temos, são as toxicodependências. A GNR colabora connosco, (...) na fiscalização aos cafés na proximidade, onde temos a sensação de que pode haver algum tráfico de droga.</i>
5	<i>ações de sensibilização</i>	<i>quer através de folhetos, quer de palestras nas escolas, incidindo particularmente sobre medidas de prevenção e autoproteção contra crimes ou comportamentos de risco. Estas ações arrancam no próximo ano letivo, em parceria com a GNR. os serviços técnicos de Ação Social em parceria com a GNR, continuarão a monitorizar e a prevenir situações de risco, em sede da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.</i>

Quadro n.º 8 – Resultados da questão 8

Que procedimentos foram tomados para fomentar o civismo e a cidadania na comunidade escolar?

Entrevistado	Resposta	Argumentação
1	(não referiu)	<i>Ainda não há CLS, não pode haver medidas nem avaliação.</i>
2	<i>ações de sensibilização. Meios já existentes.</i>	<i>sensibilização junto dos alunos e professores do agrupamento de escolas. força de segurança próxima, mas interativa e mais eficaz e eficiente.</i>
3	<i>campanhas de sensibilização. meios já existentes.</i>	<i>aumento das campanhas de sensibilização abrangendo uma panóplia mais diversificada de temas, tais como bullying e ações de identificação de estupefacientes e seus sintomas.</i>
4	<i>ações de sensibilização</i>	<i>faz parte do programa educativo (...) professores trabalham no sentido de fomentar comportamentos cívicos e responsáveis. ações que envolvem parceiros exteriores, nomeadamente a GNR que colabora em ações de sensibilização diretamente com os alunos.</i>
5	<i>não foram tomadas medidas concretas</i>	<i>a campanha de sensibilização já referida procura também fomentar o respeito pela comunidade e o civismo entre crianças e jovens.</i>

Quadro n.º 9 – Resultados da questão 9

Em relação à zona industrial e áreas envolventes, que medidas foram tomadas com o objetivo de tornar estes espaços mais seguros e de reduzir os ilícitos, como o furto de veículos, furto em veículos (gasóleo, baterias) e furto em edifícios comerciais, e quais os meios utilizados?

Entrevistado	Resposta	Argumentação
1	<i>medidas gerais de polícia</i>	<i>a não conclusão da fase de implementação do CLS, não permitiu ainda avançar-se com quaisquer medidas.</i>
2	<i>patrulhamento de proximidade (...) com os meios já existentes.</i>	<i>direcionando para os potenciais alvos referenciados e dentro dos horários mais propícios à ocorrência dos ilícitos criminais (...) como por exemplo, o furto de veículos e em veículos, o furto de estabelecimentos ou, simplesmente, o crime de dano.</i>
3	<i>patrulhamento de proximidade.</i>	<i>direcionamento do patrulhamento de proximidade para os locais de maior incidência criminal</i>
4	(Não se aplica)	
5	<i>concretização de um protocolo</i>	<i>Está em fase de concretização um protocolo entre a Associação Empresarial de Mangualde, a GNR e uma empresa de segurança e alarmes, para montar um sistema de vigilância e alertas, com o objetivo de aumentar a proteção e deteção nas indústrias e comércio, a fim de evitar ou dissuadir os ilícitos.</i>

Apêndice D – Questionário



ACADEMIA MILITAR

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

2012

Questionário

No âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada do Aspirante de Infantaria da GNR Simão Luís Figueiredo Coelho, relativamente ao tema "A importância do Contrato Local de Segurança de Mangualde no quotidiano dessa população", realiza-se o presente inquérito, tendo por objetivo verificar de que forma a sua implementação aumentou o sentimento de segurança e de confiança na população referida.

O Contrato Local de Segurança de Mangualde foi assinado em 4 de março de 2011 e visa reforçar o sentimento de segurança dos munícipes, aperfeiçoar a eficácia e eficiência do serviço policial, aproximar as forças de segurança das necessidades e expectativas das pessoas, potenciar os programas de policiamento de proximidade, bem como envolver a população no processo de segurança (Ministério da Administração Interna; Município de Mangualde, 2011).

Este questionário é anónimo, sendo que todos os dados obtidos serão apenas utilizados para tratamento estatístico, não sendo possível a identificação dos inquiridos, estando desta forma salvaguardada a confidencialidade.

Uma opinião sincera é essencial para que os resultados deste estudo nos forneçam informação fundamental e verdadeira. Solicito que leia com atenção as questões e selecione a resposta que melhor define a sua opinião, segundo as instruções fornecidas.

O êxito deste trabalho depende da sua cooperação, pelo que agradeço desde já a sua colaboração e disponibilidade.

Muito obrigado!

Caracterização do Inquirido:

- **Idade:**

--

- **Situação atual:** (Coloque uma cruz na(s) quadrícula(s) que se adequa ao seu caso)

	Residente na área envolvente ao agrupamento de escolas
	Residente na área envolvente à zona industrial
	Trabalhador nas empresas da zona industrial
	Professor no agrupamento de escolas
	Funcionário no agrupamento de escolas
	Aluno no agrupamento de escolas

- **Género:** (Deverá colocar uma cruz na quadrícula que se adequa ao seu caso)

Masculino	Feminino

- **Habilitações Literárias:** (Deverá colocar uma cruz na quadrícula que se adequa ao seu caso)

Até ao 6º Ano	
7º Ano	
8º Ano	
9º Ano	
10º Ano	
11º Ano	
12º Ano	
Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	

Registo de Opiniões:

(Coloque um círculo no algarismo, tendo em atenção a seguinte escala: 1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Nem Discordo, Nem Concordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo Totalmente)

1. Está satisfeito(a) com a segurança na cidade de Mangualde?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

2. Tem conhecimento da assinatura do Contrato Local de Segurança de Mangualde, em 4 de março de 2011? (Coloque uma cruz na quadrícula que mais se adequa ao seu caso)

Sim	Não

(Se respondeu **Sim**, responda à **questão 3.**)

(Se respondeu **Não**, passe à **questão 4.**)

- 3. Considera que existiu uma evolução da segurança em Mangualde no último ano, desde a assinatura do Contrato Local de Segurança de Mangualde?**

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

- 4. Mesmo sem ter conhecimento da assinatura do Contrato Local de Segurança de Mangualde, considera que houve uma melhoria na segurança, nesta cidade, no último ano?**

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

Nota: (Nas **questões dos grupos 5. 6. e 7**, responda apenas ao que conhece tendo em atenção os sublinhados.)

- 5. Relativamente ao agrupamento de escolas, zona industrial e respetivas áreas envolventes:**

- 5.1. Considera ter existido uma redução de comportamentos de risco ou de ilícitos, como a venda e o consumo de drogas ou atos de violência entre alunos, no interior do agrupamento de escolas?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

- 5.2. O interior do agrupamento de escolas tornou-se num espaço com mais segurança?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

5.3. Considera ter existido uma redução de comportamentos de risco ou de ilícitos, como a venda e o consumo de drogas ou atos de violência entre alunos, no exterior do agrupamento de escolas?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

5.4. O exterior do agrupamento de escolas tornou-se num espaço com mais segurança?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

5.5. Tem-se verificado uma redução de ilícitos, como o furto de veículos, furto em veículos (gasóleo, baterias) e furto em edifícios comerciais na zona industrial e áreas envolventes?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

5.6. A zona industrial e áreas envolventes tornaram-se num espaço com mais segurança?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

6. Como visualiza o policiamento de proximidade desenvolvido pela Guarda Nacional Republicana nas áreas envolventes ao agrupamento de escolas e zona industrial:

6.1. Existiu uma maior interação, um maior contacto dos militares da GNR com a população?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

6.2. No exterior do agrupamento de escolas, existiu um reforço de policiamento, visível numa maior presença de militares da GNR?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

6.3. Na zona industrial e áreas envolventes existiu um reforço de policiamento, visível numa maior presença de militares da GNR?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

7. Quanto à utilização de recursos pela Guarda Nacional Republicana:

7.1. Existiu uma maior utilização no exterior ao agrupamento de escolas:

7.1.1. De recursos materiais, como o caso de viaturas?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

7.1.2. E de recursos humanos?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

7.2. Existiu uma maior utilização na zona industrial e áreas envolventes:

7.2.1. De recursos materiais, como o caso de viaturas?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

7.2.2. E de recursos humanos?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

7.3. Existiu uma utilização de novos recursos materiais (viaturas) no exterior do agrupamento de escolas?

Sim	Não

7.4. Existiu uma utilização de novos recursos materiais (viaturas) na zona industrial e áreas envolventes?

Sim	Não

8. Na sua opinião, verificou-se uma redução de criminalidade e de violência juvenil?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo/ Nem concordo	Concordo	Concordo totalmente

9. No geral, como avalia a segurança na cidade de Mangualde?

Muito má	
Má	
Razoável	
Boa	
Muito boa	